

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

Gustavo Godinho Zoega Viard

EMISSORA LEGISLATIVA DE JUIZ DE FORA:
Uma análise do conteúdo produzido pela JF TV Câmara

**Juiz de Fora
Dezembro de 2018**

Gustavo Godinho Zoega Viard

EMISSORA LEGISLATIVA DE JUIZ DE FORA:

Uma análise do conteúdo produzido pela JF TV Câmara

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal.

Juiz de Fora
Dezembro de 2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Viard, Gustavo Godinho Zoega.

Emissora Legislativa de Juiz de Fora : Uma análise do conteúdo produzido pela JF TV Câmara / Gustavo Godinho Zoega Viard. -- 2018.

89 p. : il.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal

Coorientador: - -

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2018.

1. Tv pública. 2. Tv legislativa. 3. Jornalismo. I. Leal, Paulo Roberto Figueira, orient. II. -, -, coorient. III. Título.

Gustavo Godinho Zoega Viard

Emissora legislativa de Juiz de Fora:
Uma análise do conteúdo produzido pela JF TV Câmara

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo,
da Faculdade de Comunicação da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
(FACOM/UFJF)

Aprovada pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (FACOM/UFJF) - orientador

Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho (FACOM/UFJF) – convidada

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (FACOM/UFJF) – convidado

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20_____.

ATA DE DEFESA DE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Ata de defesa, perante Banca Avaliadora, do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) aluno(a) GUSTAVO GODINHO ZÓDEGA VIARD para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integraram a Banca Avaliadora o (a) professor(a) orientador(a), PAULO ROBERTO FIGUEIRA LEAL, o(a) professor(a) co-orientador(a), _____ e os(as) professores(as) convidados(as): ILVSKA MARIA DA SILVA COUTINHO e MÁRCIO DE OLIVEIRA GUERRA. Aos 06 dias do mês de DEZEMBRO de 20 18, às: 20 horas, na sala 215 da FACOM/UFJF, realizou-se a apresentação pública do Trabalho de Conclusão de Curso pelo(a) discente. O (A) orientador (a) abriu a sessão agradecendo a participação dos membros da Comissão Examinadora. Em seguida convidou o (a) aluno (a) para que fizesse a exposição do trabalho intitulado: "EMISSORA LEGISLATIVA DE JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO PRODUZIDO PELA JF TV CÂMARA". Finalizada a apresentação, os(as) avaliadores(as) procederam a arguição do (a) estudante. Dando continuidade aos trabalhos, o(a) orientador(a) solicitou a todos que se retirassem da sala para que a Banca Avaliadora pudesse deliberar sobre o trabalho apresentado. Terminada a deliberação, o (a) orientador (a) solicitou a presença de todos e leu a ata dos trabalhos declarando APROVADO (aprovado/ aprovado com ressalvas/ reprovado) o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente. Em seguida, deu por encerrada a solenidade, da qual se lavrou a presente ATA que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Juiz de Fora (MG) 06 de DEZEMBRO de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda gratidão pelo seu amor.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram o conhecimento.

Ao meu orientador Paulo, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. Aos professores Iluska e Márcio por aceitarem participar deste momento.

Aos meus pais, Inês e Otavio, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceram. As minhas irmãs, Elisa e Luisa, pelo amor incondicional. E a minha namorada, pelo apoio e carinho.

Aos amigos: da Câmara Municipal, grupo Solar de Comunicação, Cerimonial da UFJF, e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho propôs analisar 22 matérias jornalísticas de uma emissora legislativa, a título de estudar a produção de seu conteúdo. Inserida dentro do contexto do campo público, nosso objeto de pesquisa é a TV Câmara de Juiz de Fora. Recente em um cenário desordenado, no que resguarda os modelos de televisão no país, a emissora propõe-se como produtora de conteúdo público, e ao mesmo tempo cumpre com o papel de transparência das atividades do legislativo municipal. Transmitida em sinal aberto desde maio de 2017, a emissora caminha a passos importantes na redemocratização da mídia parlamentar como ferramenta de cidadania, uma vez que busca autonomia própria em sua produção.

Palavras-chave: TV pública. TV legislativa. JF TV Câmara. Interesse público. Jornalismo.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Temas com relevância para a população.....	75
Gráfico 2 – Avaliação dos telespectadores da JF TV Câmara	76

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Estados com emissoras legislativas.....	33
Quadro 2 – Municípios que possuem emissora legislativa	34
Quadro 3 – Divisão do quadro de servidores.....	39
Quadro 4 – Grade de programação - setembro/outubro 2018.....	40
Quadro 5 – Distribuição das entrevistas.	45
Quadro 6 – Distribuição das entrevistas.	46
Quadro 7 – Distribuição das entrevistas.	47
Quadro 8 – Distribuição das entrevistas..	48
Quadro 9 – Distribuição das entrevistas.....	49
Quadro 10 – Distribuição das entrevistas.	50
Quadro 11 – Distribuição das entrevistas.	52
Quadro 12 – Distribuição das entrevistas.	53
Quadro 13 – Distribuição das entrevistas.	54
Quadro 14 – Distribuição das entrevistas.	55
Quadro 15 – Distribuição das entrevistas.	56
Quadro 16 – Distribuição das entrevistas.	57
Quadro 17 – Distribuição das entrevistas.	58
Quadro 18 – Distribuição das entrevistas.	59
Quadro 19 – Distribuição das entrevistas.	61
Quadro 20 – Distribuição das entrevistas.	62
Quadro 21 – Distribuição das entrevistas.	63
Quadro 22 – Distribuição das entrevistas.	64
Quadro 23 – Distribuição das entrevistas.	65
Quadro 24 – Distribuição das entrevistas.	66
Quadro 25 – Distribuição das entrevistas.	68
Quadro 26 – Distribuição das entrevistas.	69
Quadro 27 – Número de entrevistas/ tempo.....	72
Quadro 28 – Presença das amostras por vídeo.....	73
Quadro 29 – Divulgação do Legislativo	73
Quadro 30 – Quantidade de aparições por amostra	74
Quadro 31 – Comparativo do tempo de fala por amostra	74

Quadro 32 – Conteúdos enumerados nos vídeos referentes aos temas	76
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 DILEMAS CONCEITUAIS: PRIVADO, ESTATAL E PÚBLICO	21
2.1 MARCOS DA HISTÓRIA DA TELEVISÃO NO BRASIL.....	21
2.2 TELEVISÃO COMERCIAL/PRIVADA	26
2.3 TELEVISÃO ESTATAL E PÚBLICA	27
2.3.1 TV educativa e os canais de acesso público	30
2.3.1.2 <i>Canais universitários</i>	31
2.3.1.3 <i>Canais comunitários</i>	31
2.3.1.4 <i>Canais legislativos</i>	32
3 EMISSORA LEGISLATIVA DE JUIZ DE FORA	37
4 ANÁLISE DE CONTEÚDO	43
4.1 CONHEÇA A CÂMARA	44
4.1.1 Vídeo 17.09	44
4.1.2 Vídeo 18.09	45
4.1.3 Vídeo 20.09	46
4.1.4 Vídeo 24.09	47
4.1.5 Vídeo 28.09	48
4.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA	49
4.2.1 Vídeo 18.09	49
4.2.2 Vídeo 19.09	51
4.2.3 Vídeo 24.09	52
4.2.4 Vídeo 25.09	53
4.2.5 Vídeo 28.09	54
4.3 COMISSÕES	55
4.3.1 Vídeo 28.09	55
4.3.2 Vídeo 01.10	56
4.3.3 Vídeo 02.10	57
4.3.4 Vídeo 02.10	58
4.3.5 Vídeo 02.10	60

4.4 MATÉRIAS GERAIS	61
4.4.1 Vídeo 19.09	61
4.4.2 Vídeo 20.09	62
4.4.3 Vídeo 25.09	63
4.4.4 Vídeo 25.09	64
4.4.5 Vídeo 28.09	65
4.5 EDUCAÇÃO CIDADÃ	66
4.5.1 Vídeo 19.09	67
4.5.2 Vídeo 26.09	68
5 ANÁLISE GERAL	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com a ascensão da internet, que vem se tornando um dos principais meios utilizados pela população em busca de informação, a televisão continua relevante – até em função de sua capilaridade e alcance quase universais no Brasil. O telejornalismo permanece sendo a principal (e, em alguns casos, única) fonte de conteúdos para milhões de brasileiros sobre as mais variadas temáticas.

Um desses temas é o da política. Como o cidadão comum se informa sobre essa questão? Historicamente, desde a redemocratização, aponta-se para a centralidade da televisão comercial, aquela que tem o maior alcance de público no Brasil, como um objeto estruturante. Mas a natureza deste tipo de televisão traz consigo problemas para o debate democrático: essas TVs tenderiam a atender os seus próprios interesses privados (econômicos, políticos). A partir de um olhar mais crítico, é possível perceber para qual lado certa emissora tende a se encaminhar.

Somando-se esta constatação ao fato da relevância que a mídia tem no processo de agendamento dos telespectadores, a consolidação da democracia tem que lidar com as dificuldades inerentes a este modelo de concessões televisivas quase exclusivamente centrado em emissoras comerciais.

Foi deste ponto que partiu a ideia de buscarmos uma forma de estudar possíveis outros modelos nos quais o tema da política fosse abordado no sistema televisivo. A escolha de uma emissora legislativa surgiu do princípio de que muitas se intitulam como produtoras de conteúdo de interesse público. Ou seja, pelo menos em tese, teríamos aqui uma forma de produção de notícias ou outros conteúdos sobre política com inexistência de pressões comerciais e interesses políticos dos grupos controladores das TVs privadas. Bem, esse costuma ser o pano de fundo divulgado por essas emissoras. Então por que não analisarmos se realmente o conteúdo noticiado por elas se enquadra em padrões tipicamente esperados por TVs efetivamente públicas?

Sendo assim, este trabalho estuda o caso da JF TV Câmara, emissora da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Recente, a emissora foi inaugurada em novembro de 2014. As atividades legislativas no início eram transmitidas pela internet e também pela operadora de TV a cabo SimTV. Porém, em 2017, a emissora passou a ser transmitida em sinal aberto, chegando ao alcance de mais cidadãos.

A partir de sua experiência, refletiremos sobre a importância das TVs legislativas dentro do campo televisivo não-comercial, amadurecendo também as discussões sobre os

sistemas de radiodifusão. Posterior à apresentação dos conceitos e como eles se configuram no atual cenário brasileiro, examinaremos arquivos da JF TV Câmara para verificarmos em que medida ela pode ser caracterizada como TV pública.

O método utilizado na pesquisa é o de análise de conteúdo. O resultado gerado por essa análise será a guia para algumas constatações e entendimento relativos à questão central do trabalho: se de fato a emissora produz notícias capazes de informar o público ou, ao contrário, limita-se a dedicar mais tempo e esforços ao mero processo de construção ou reforço da imagem dos parlamentares que têm assento atualmente na Câmara. Se isso ocorrer, a constatação acarretaria uma significativa contradição entre a prática e a narrativa apresentada por seus dirigentes.

Em suma, a primeira seção da monografia visa apresentar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, um pouco do contexto que envolve a história televisiva no país e os conceitos adotados na Constituição de 1988 para defini-la, ainda que de forma sucinta. Em destaque fica o debate de conceituação sobre o que sejam os sistemas comercial, estatal e público de radiodifusão.

Por meio desta apresentação chegaremos ao ponto central, os canais de natureza pública. É nesse conjunto, definido por leis, que o nosso objeto de pesquisa está inserido. No capítulo posterior registraremos a forma de estruturação da JF TV Câmara, passando por sua história, modelo de gestão e programação.

Já a terceira seção expõe o período escolhido para análise. É nela que será apontada parte do conteúdo produzido pela emissora e que servirá como base para o capítulo seguinte, que apontará o que de fato pode ser considerado público na produção da JF TV Câmara. No total, 22 vídeos categorizados por temáticas serão considerados para tal pesquisa.

Por fim, nas considerações finais será apontado o que foi encontrado durante o estudo e o que poderá, posteriormente, servir como base para outras análises sobre o tema aqui apresentado.

2 DILEMAS CONCEITUAIS: PRIVADO, ESTATAL E PÚBLICO

Procuraremos apresentar neste capítulo os conceitos centrais dos modelos pelos quais as televisões podem se organizar. Discutiremos o modelo privado, entendido como uma atividade econômica com o intuito de lucro, segundo Bucci (2006). Além disso, passaremos também pelo modelo de televisão estatal, uma modalidade conceituada como um serviço privativo do Estado, que assegura uma comunicação de caráter institucional, como é definido por Priolli (2008). Por fim, chegaremos ao conceito de televisão pública. Scorsim (2008) defende que os sistemas público e estatal ainda são usados na prática como sinônimos ou termos que podem ser interligados, enquanto Lima (2007) afirma que os termos estão equidistantes, uma vez que a programação, linguagem e objetivos diferem significativamente.

Percebemos que há inúmeros pontos de vista acerca das definições dos modelos de TV no país. Desta forma, é preciso compreender desde o princípio o conceito da palavra televisão, seu surgimento e seus principais marcos ao longo da história, para que a seguir possamos discutir em qual modelo melhor se encontra a JF TV Câmara. Neste intuito, os próximos parágrafos trazem um conjunto de ideias para descrever as características dos modelos comercial, estatal e público.

2.1 MARCOS DA HISTÓRIA DA TELEVISÃO NO BRASIL

A era do rádio é anterior a da televisão no país, oficialmente surgiu em 07 de setembro de 1922, mas de fato começou a operar em 1923, e apesar de hoje serem antagonistas em um mercado dito comercial, uma foi complementar a outra durante um longo período. A apresentação do rádio à sociedade brasileira foi um choque, uma vez que se buscou uma ruptura com o passado, como aponta Calabre (2002). Assim como todo novo sistema, a alta sociedade era a primeira a ter contato com a tecnologia, já que havia um custo elevado para se adquirir um aparelho (GARCIA, 2011).

Não foi, contudo, uma situação que perdurou muito tempo. A interação com as outras classes foi sendo construída: os mais pobres começaram a ter uma familiaridade maior com a chegada dos programas de auditório (ORTRIWANO, 1985). Ademais, a regionalização foi um dos fatores fundamentais para uma aproximação entre as camadas, “transformando todos em um só”. (PESSOA; VIANNA; SANTOS, 2013, p.4).

Os principais percalços enfrentados pelo rádio também estiveram presentes no início da televisão, em principal o alto custo dos sistemas para aquisição de antenas. Por outro

lado, o rádio foi um modelo significativo para a construção da TV, ao ponto de servir como “utilização de profissionais e técnicas” (MAGALHÃES, 2008, p.1).

Ambos andaram juntos, até que em 1970, ano em que a televisão se consolida tecnicamente e é aceita por todos, o rádio acaba ficando em segundo plano. Para Magalhães, nos anos 70 “a televisão começa a virar uma febre nacional. Nesta época, as tecnologias começavam a ganhar expressão nos grandes centros” (2008, p.1).

Aquilo que havia começado com poucos aparelhos espalhados por Assis Chateaubriand na cidade de São Paulo, o responsável por trazer a então novidade para o Brasil, em 1950 (LINS, 2013), se torna hoje, o objeto presente em 97,2% das residências brasileiras, conforme matéria divulgada pelo site¹ da Agência Brasil.

Diniz (2013) aponta que a televisão surgiu seguindo características norte-americanas, no qual o modelo adotado, inicialmente, focava a parte comercial. “No início da presença da televisão no Brasil os equipamentos, os modelos e até a equipe de profissionais eram intensamente dependentes dos americanos, que já haviam inaugurado a televisão em seu país” (REIS; SILVA, 2017, p.3).

Desde a inauguração da primeira emissora em 1950, a TV Tupi Difusora (LINS, 2013) e posteriormente a criação de outras, o país não contava com uma regulamentação sobre as televisões. Foi somente em 1962, período anterior ao regime militar, que foi promulgado o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Foi a primeira ferramenta que constituiu-se em um avanço para o setor. Para Diniz (2013), o código além de amenizar as sanções, dava maiores garantias às empresas detentoras das concessões. Segundo ela, a implementação somente foi viável após pressão de alguns setores, “negociações que refletiam os entendimentos entre militares, estudiosos de telefonia e transmissão de dados, civis, mas, principalmente, de empresários com interesses no setor” (DINIZ, 2013, p.150). Assim como apresenta Brandão (2009).

O CBT, Código Brasileiro de Telecomunicações, é o documento legal que consolidou a regulamentação da área de telecomunicações e radiodifusão no Brasil. Ao contrário do que afirma a maior parte dos trabalhos publicados sobre o tema, a promulgação do CBT pelo Congresso Nacional, em 1962, é resultado de um acordo político que reuniu fatores propícios a sua tramitação e aprovação. (BRANDÃO, 2009, p.1)

¹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>>. Acesso em: 20 set 2018

Mattos (1990) reforça a importância do Código como uma inovação na área jurídica. Mas segundo ele, pecava em continuar atribuindo ao executivo o poder de julgar e decidir, por exemplo, o destino das concessões.

A partir de sua promulgação o ato de outorga ou renovação da concessão de uma emissora depende da aprovação do Congresso Nacional e não apenas da decisão pessoal de quem esteja no exercício da Presidência da República. Também o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo de dez anos para emissoras de rádio e de 15 para as de televisão, depende de decisão judicial. (MATTOS, 1990)

Poucos anos depois, em 1964 o país enfrentava um dos mais marcantes momentos de sua história, o regime militar, perdurando até 1985. Abreu & Silveira (2014) apontam que no espaço de 21 anos o país viveu um período de governo centralizado e autoritário. O plano político foi cercado e marcado pela tirania, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, prisão e tortura dos opositores, como aponta Frederico (2007).

A história da Comunicação no Brasil teve como um dos períodos mais marcantes as décadas de 60 e 70, quando a ditadura militar teve seu auge de restrições à imprensa, acirrando a censura aos meios de comunicação e à produção cultural, privando a população da divulgação de notícias determinantes para promover nas massas uma análise crítica sobre a situação política e econômica do país. (FREDERICO, 2007, p.1).

A política econômica do regime militar, voltada para a criação de um mercado nacional para produtos industrializados, fortaleceu os investimentos feitos pelo governo nos veículos de telecomunicações dando apoio técnico para a elaboração de projetos de pretendentes a concessões e fortalecendo o setor ministerial (TRINDADE, D; TRINDADE, L, 2004). Leal (2009) ainda aponta que o governo realizou empréstimos a juros pequenos para que a população adquirisse os aparelhos de TV.

A ditadura militar contribuiu para o impulso no desenvolvimento da TV no Brasil, ao criar vários órgãos estatais que lidavam com a produção cultural, ao formular leis e decretos, ao congelar as taxas dos serviços de telecomunicação, ao dar isenção [sic] das taxas de importação para compra de equipamento, ao proporcionar uma construção de uma estrutura nacional de telecomunicações em redes e ao fazer uma política de crédito facilitado. (LEAL, 2009, p.8)

Enquanto o Código dava maior autonomia ao Estado no direito das concessões, muitas emissoras que se distanciaram dos seus deveres eram impedidas de continuar. Para controlar esse crescimento desordenado e com medo de represálias, o Estado passou a adotar medidas de cassação, como foi o caso da Rede Tupi (MATTOS, 1990) e também dos Diários Associados. “(...) A cassação ocorreria, de fato, num contexto de crise econômica

generalizada dos Associados. A greve dos funcionários de São Paulo, que não recebiam salários há meses, mobilizou a opinião pública assim como as lideranças políticas” (WAINBERG, 2003, p.244).

No programa Ver TV, transmitida pela TV Brasil, no qual se discutia a influência na mídia durante o período da ditadura, a historiadora Beatriz Kushnir ressaltou a imposição adotada pelo governo diante dos veículos de comunicação. “A televisão é uma concessão pública e por isso havia a necessidade de que ela andasse muito alinhada com o governo, porque, caso contrário, a concessão seria retirada²”.

Outro exemplo é a TV Excelsior, gerida por Mario Wallace, que foi perseguida pelas forças militares, uma vez que seu administrador apoiava o presidente destituído de seu cargo pela intervenção, João Goulart.

Mario Wallace Simonsen já sofria muitas perseguições políticas antes do golpe, que são com ele agravadas, e suas empresas passam por uma devassa que culmina no sequestro de muitas delas pelo governo para o pagamento de dívidas. (OLIVEIRA, M, 2000, p.7)

Com a retirada das concessões por parte do governo, grupos de empresários eram os estimados a ganhar as novas concorrências, uma vez que eram mais leais ao regime (MATTOS, 1990), passando a andar lado a lado com as ideias defendidas pelos militares.

Com o golpe militar de 1964 e, conseqüentemente, a instalação da ditadura dos governos militares no Brasil, a radiodifusão passou a desempenhar um papel fundamental para a segurança nacional, o desenvolvimento de um mercado de consumo da classe média e a proteção das fronteiras contra a chamada ameaça comunista. (LOPES, 2008, p.2)

Ainda durante essa fase, e sabendo da força dos veículos de comunicação, o governo exerceu um papel decisivo no desenvolvimento e na regulamentação dos meios de massa, “para garantir que tal postura fosse válida, os militares criaram várias medidas legais, como leis, decretos e decretos-lei – entre os mais expressivos estão a Nova Constituição de 1967, a Lei de Segurança Nacional e o Novo Código Penal Militar” (LEAL, 2009, p.9). Ainda em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações (PIERANTI; MARTINS, 2008). Neste período, “os militares viam a indústria da TV como um importante meio para a divulgação da doutrina e também para a integração cultural, política e econômica do país” (JAMBEIRO, 2002, p. 14).

² Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/a-influencia-da-midia-no-periodo-da-ditadura>>. Acesso em: 24 set 2018.

W. Oliveira ainda afirma que os militares “viam o setor de telecomunicações como um elemento de integração nacional e, por isso, investiram de forma estratégica em seu desenvolvimento...” (OLIVEIRA, 2011, p.117).

Somente na década 70 o governo começou a atuar de fato como operador das emissoras. Para gerir a exploração dos serviços de rádio e TV, foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), que segundo a legislação de 1975, foi o órgão responsável por centralizar as emissoras de rádio e televisão do Governo Federal.

Em suma, percebemos que ao longo do período militar algumas emissoras tiveram um forte apoio do governo para avançar, como o sucesso da Rede Globo (JAMBEIRO, 2002). No entanto, as que não obtiveram esse apoio, e junto a crise econômica, foram fechadas, uma vez que elas se tornavam espaços contrários ao ideal defendido pelo Regime Militar.

Outro ponto a ser salientado era a desigualdade das emissoras comerciais e as não-comerciais ao longo do período militar. “Enquanto, nas TVs educativas, os avanços, quando aconteciam, se davam a passos de tartaruga, os avanços na TV comercial no Brasil batiam todos os recordes, devidamente apoiados e estimulados pelo poder público” (CARRATO, 2005, p.5).

Em janeiro de 1985, Tancredo Neves assumiu o cargo de Presidente da República, eleito, mas não empossado. A eleição indireta de Tancredo Neves marcou o término da política imposta pelos militares, associados às forças mais conservadoras do país, e a instauração da Nova República.

Três anos depois, em 1988, foi assinada e promulgada a nova Constituição Brasileira, foi aqui que “o modelo de radiodifusão brasileiro, tradicionalmente privado evoluiu para o que se pode chamar de um sistema misto, onde o Estado ocupa os vazios deixados pela livre iniciativa [...]” (MATTOS, 1990).

O sistema brasileiro de radiodifusão é considerado um serviço público e as empresas que o integram sempre estiveram sob o controle governamental direto, uma vez que o estado era quem detinha até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição Brasileira, o direito de conceder/cassar licença e permissão para uso de frequências de rádio ou televisão. (MATTOS, 1990)

As TVs educativas e públicas foram as que ficaram mais fragilizadas no período pós-regime militar. Como dito, algumas emissoras precisaram ser fechadas ou a realizarem demissões em massas, uma vez que houve um corte no orçamento. Na época, as 20 emissoras resistentes no sistema de televisão educativa, se reuniram em busca de uma solução pelos problemas enfrentados. Foi então criada a Associação Brasileira das Emissoras Públicas,

Educativas e Culturais (ABEPEC). No primeiro momento, a atitude era fortalecer o movimento em prol de conquistas para a classe (FILHO; COUTINHO, 2014).

Das 19 emissoras que fazem parte da Associação, está presente a TV Cultura, a que mais se aproxima de uma emissora pública no país, que posteriormente falaremos de forma mais detalhada. Além dela, faz parte também a TV Universitária de Pernambuco, primeira televisão educativa do país, que entrou no ar em 1967 (LOPES, 2008).

Em síntese, notamos que ao longo dos anos o país enfrentou diversas mudanças no governo, como o modelo de parlamentarismo, presidencialismo e até o regime militar, este que foi um período decisivo para muitas emissoras. Leis e medidas provisórias foram promulgadas, acordos foram efetivados e alguns avanços no sistema de radiodifusão de sons e imagens foram recorrentes.

2.2 TELEVISÃO COMERCIAL/PRIVADA

Um dos sistemas indicado na Constituição de 1988, “único documento jurídico que menciona a distinção entre modelos de televisão” (MATOS, 2009, p.1) no país, é a chamada televisão privada ou as TVs comerciais. Bucci (2006) aponta que este modelo tem como titularidade os agentes econômicos que oferecem uma programação voltada para obtenção do lucro, mediante a venda de espaços para propagandas. Segundo ele, esses espaços ganharam força com o chamado sistema de patrocínio.

Mesmo o mercado sendo um possível mediador nas tevês privadas, as mesmas são obrigadas a cumprir certos requisitos de serviço público conforme prevê a Constituição, como a programação voltada para finalidades educativas, culturais, artísticas, informativas, por exemplo.

No Brasil, a TV já nasceu comercial, ao contrário dos países europeus, em que o modelo público existia antes das emissoras privadas.

Em seu desenvolvimento, o modelo de TV adotado no país seguiu de perto o norte-americano, se baseado no financiamento da programação mediante as inserções comerciais. Neste sentido, distingue-se, totalmente, do modelo europeu que vigorou até meados da década de 70 do século passado, quando as principais emissoras do Velho Continente eram estatais e nas quais se proibiam veiculações publicitárias. (CARRATO, 2005, p.5)

Desde a década de 50, o país já se inseria em um contexto histórico no qual os interesses mercadológicos se sobrepunham ao interesse público. Por isso, quando dizemos que a TV Tupi, primeira emissora do país, surgiu com o caráter comercial, fugindo do modelo

adotado pelas potências europeias de fazer televisão, concluímos que Assis Chateaubriand foi o responsável por adotar a conceituação de comercial-privada em solo nacional.

Um dos momentos que marcam o desenvolvimento das emissoras privadas foi ainda no período militar, como apontado anteriormente. Na época, os militares adotaram uma postura de apoiar o sistema de radiodifusão privado, composto pelas rádios e tevês. A estrutura e evolução da TV comercial no Brasil “batiam todos os recordes, devidamente apoiados e estimulados pelo poder público” (CARRATO, 2005, p.5). Uns dos maiores exemplos foi o esforço adotado pelo exército diante das Organizações Globo, fundada por Irineu Marinho (LEAL, 2009, p.9).

Neste modelo, o carro chefe da programação, em muitos momentos, são as telenovelas, telejornais e minisséries. A definição da grade de programação parte muita das vezes a partir dos “perfis identificáveis de público por faixa de horário” (MATOS, 2009, p. 3). A autora assinala que a TV comercial se encarregou de oferecer ao público conteúdos arbitrariamente impostos, que segundo ela, se encontram distantes da realidade enfrentada pela população.

Enumeradas algumas características de televisão privada e definido o conceito, por meio de alguns autores, notamos em que muitas das vezes, a lógica do mercado sobressai ao falarmos do sistema comercial. Mas é válido sempre deixar claro que em cima dessa classificação de televisão há a jurisprudência, na qual o sistema privado de radiodifusão de sons e imagens está inserido como um serviço público privativo ao Estado (SCORSIM, 2008).

2.3 TELEVISÃO ESTATAL E PÚBLICA

Para Priolli (2008) apesar de na prática ser possível apontar distintas configurações sobre os modelos de televisão no país, ainda há muito que ser discutido. Uma vez que a legislação aponta pouca diferenciação dos conceitos.

Há então a necessidade de tentar delimitar o conceito de televisão estatal. Scorsim (2007) discorre que esta modalidade de TV constitui um serviço público pertencente ao Estado, sendo que uma das suas finalidades é assegurar, em caráter institucional, uma comunicação social.

Conceituar essa modalidade de emissora constitui-se em um desafio, especialmente porque envolve, como ressaltam Scorsim (2007), Priolli (2008) e Ramos (2012), traçar a fronteira entre público e estatal. Em linhas gerais, a TV Estatal está vinculada à titularidade exclusiva e ao controle do Estado sobre a sua programação. [...] Televisões Estatais existem também em países capitalistas e são conhecidas por veicularem o ponto de vista do governo e do partido/coligação política no poder. Também nesse modelo existem gradações, pois muitas vezes uma emissora estatal pode se aproximar, em termos de conteúdo de programação, de uma emissora pública. (DINIZ, 2013. p.29-30)

Scorsim (2007) ainda mostra que a televisão estatal não se reduz apenas à realização da comunicação do Governo. Nesse sentido, ele defende que é possível que um canal de televisão integrante do sistema estatal veicule tanto conteúdos relacionados à informação institucional quanto a demais interesses na área. Principalmente, pelo fato do poder público ter deveres a cumprir no que tange à educação e cultura. Para o autor, ainda cabe ao Estado-Governo a função de financiar o sistema, definir sua programação e nomear seus dirigentes.

Quando subordinada à orientação da autoridade estatal, a emissora pública não é pública de fato; sua linha editorial, sua programação e sua visão de mundo tendem a ser capturadas pela óptica estatal ou governamental, o que a distancia justamente dos pontos de vista próprios da sociedade civil. (BUCCI, 2010)

Por consequência, a submissão na íntegra ao poder público, nesse caso, é mais do que nociva (Bucci, 2010). O autor defende que o fato de ser subordinada ao governo pode levar com que ela não transmita um olhar crítico do próprio poder.

Ainda que Priolli (2008) defenda que os termos são intercambiáveis e que podem ser usados como sinônimos, Lima (2007) já afirma que mesmo havendo essa paridade, os termos estão equidistantes, uma vez que a programação, dirigentes e objetivos são diferentes.

Além da programação e da participação social, o modelo de financiamento é um dos fatores que diferenciam essas duas modalidades no país. A captação de recursos aparece como um dos pontos mais críticos quando se discute radiodifusão pública, como aponta Lopes (2015).

Conforme exibe o site do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina, as primeiras televisões públicas foram definidas pela legislação como serviço de televisão educativa, “a serem explorado pela União, estados, territórios, municípios, universidades e fundações, destinados estritamente à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates³”.

³ Disponível em: <<http://www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/historico-do-sistema-sp-1004365967>>. Acesso em: 1 out 2018.

Um dos principais marcos para a implementação das atividades das tevês públicas no Brasil foi em 1967, quando foi criada a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE). A partir daquele momento, “era então constituído um órgão oficial voltado para o fomento de programação educativa” (FILHO; COUTINHO, 2014, p.4).

Ainda na década de 60 do século passado, o decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, complementa e estabelece as características de televisão educativa. [...] Com tantas restrições para os canais educativos em relação a programação e, principalmente, para viabilizar a manutenção financeira das emissoras, a rede Educativa permaneceu com poucos integrantes até a década de 90. (LOPES, 2008, p.3)

No mesmo ano do início das atividades da FCBTVE era inaugurada a primeira televisão educativa no país, a TV Universitária, vinculada a Universidade Federal de Pernambuco. Depois da sua primeira transmissão e até meados de 1975, oito novas emissoras educativas foram fundadas (FORT, 2006), entre elas, a TV Cultura e a TVE do Rio de Janeiro.

No mundo, um dos maiores exemplos de televisão pública é a BBC (*British Broadcasting Corporation*) de Londres. Sua forma de financiamento, produção e veiculação de informações é totalmente independente do Governo. No Brasil a TV Cultura (1969) é a que melhor se aproxima das características da emissora londrina. Seu planejamento está ligado a Fundação Padre Anchieta, uma fundação de direito privado que, ao mesmo tempo, está associada com a Secretaria de Cultura do Governo de São Paulo.

A Fundação Padre Anchieta adotou como poder máximo um Conselho Curador formado por representantes de instituições públicas e privadas da sociedade paulista, inspirado no Conselho de Governadores da BBC de Londres. Com algumas limitações, se comparado ao seu inspirador, ainda assim o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta é a principal barreira institucional às investidas do Estado e da iniciativa privada sobre as emissoras. [...] As limitações estão no fato de existirem no Conselho cadeiras vitalícias e de haver uma presença excessiva de representantes de órgãos estaduais. (LEAL FILHO, 2000, p.159-160)

Mesmo com a fundação de diversas emissoras públicas, Araújo (2008) pontua que juridicamente, a figura da televisão pública no Brasil só passou a existir a partir da aprovação da Medida Provisória de outubro de 2007, “que instituiu os princípios e objetivos da radiodifusão pública e que constituiu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil” (ARAÚJO, 2008, p.5).

Fomentando ainda mais as discussões sobre a televisão pública no país, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério da Cultura e outros órgãos, organizou, em 2007, o primeiro Fórum Nacional das Televisões Públicas. Os debates geridos

no fórum levaram o Governo a criar, por meio de outra Medida Provisória, uma emissora pública, a TV Brasil, gerida pela EBC (ARAÚJO, 2008).

Na lei que deu origem à TV Brasil foi aprovada a Contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública, com recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Dessa forma, a TV Brasil não dependeria apenas da verba do orçamento da União e do empenho do governo para a sua aprovação. Porém, em 2008, os recursos do Fistel ficaram retidos depois que a oposição questionou a sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. (TORRES, 2009, p.32)

Durante a realização do Fórum das Televisões Públicas foram reforçados “conceitos como pluralidade, formação de cidadania, direito à educação e cultura e a promoção da diversidade cultural, étnica e social.” (NAZARENO, 2007, p.13), além de propor que as emissoras públicas tenham autonomia administrativa. Essas características contribuem para nosso entendimento a respeito da formação da televisão no campo público.

2.3.1 TV educativa e os canais de acesso público

Dentro do que entendemos como TV pública, há duas experiências que se configuram por distintas características no que “refere-se à construção, consolidação, à própria identidade percebida socialmente” (COUTINHO, 2013, p. 22): as TVs educativas e os canais de acesso público.

As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo e instigante. Apesar de ter em comum uma “aura pública”, são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. São produzidas em condições políticas, administrativas e técnicas próprias, além de sofrerem diferentes regulamentações. (TORRES, 2009, p.29)

Ou seja, por mais que inseridas dentro do ambiente da televisão pública, as mesmas têm leis e configurações que as distinguem uma da outra:

As TVs educativas são classificadas como ‘serviço de radiodifusão’ e estão subordinadas ao Código Brasileiro de Telecomunicações (de 1962 e legislação complementar), enquanto os ‘canais de acesso público’ são considerados ‘conteúdos’ que trafegam em um ‘serviço de telecomunicações’, regulamentados pela Lei da TV a cabo (Lei 8.977 de 1995). (TORRES, 2009, p.28)

A título de exemplo, e como já foi abordado, a primeira televisão educativa no país foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1968. Porém, outros nomes são mais conhecidos no cenário nacional, como a TV Cultura e TV Brasil. Já os primeiros canais de

acesso público só foram surgir após 30 anos do nascimento das tevês educativas, “juntamente com a chegada da TV por assinatura” (TORRES, 2009, p.32). Esses canais começaram a operar em torno de entidades representativas, como os canais universitários, legislativos e comunitários.

2.3.1.1 Canais universitários

Os canais universitários são aqueles compartilhados por instituições de pesquisa e universidades. Segundo Torres (2009), os membros gestores deste modelo devem estar ligados diretamente à administração superior da instituição educacional pertencente.

A Lei 8977 determina que somente podem ser contempladas com o canal universitário as instituições que estejam reconhecidas como universidades, o que significa a conjugação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Faculdades e centros universitários, não são, portanto, passíveis do direito de ocupar o canal universitário, mas acabaram beneficiadas por acordos políticos entre grupos de entidades que administram as operações. (PREVEDELLO, 2015, p.2)

A legislação ainda estabelece que as emissoras universitárias devem ser ligadas e mantidas por instituições sem fins lucrativos, como aponta Prevedello (2015). Na quase totalidade dos casos é o orçamento das próprias instituições que sustentam os canais.

Mais de 70% das filiadas à Associação Brasileira da Televisão Universitária (ABTU) são financiadas pela própria instituição mantenedora, mesmo as que contam com recursos externos como patrocínios, co-produção, financiamento de fundos, dificilmente superam os 10%. (TORRES, 2009, p.34)

2.3.1.2 Canais comunitários

Assim como os canais universitários, os comunitários também não apresentam caráter lucrativo. Entretanto, são destinados às organizações não governamentais. Para Souza (2013) seu modelo de financiamento possui características diferenciadas, pois não contam com verba fixa e específica, como acontece com os demais canais de uso gratuito.

Com a finalidade de atender a determinada comunidade de um bairro, tal Serviço de Radiodifusão deve, conforme prevê o artigo 3º, favorecer a difusão de idéias, elementos culturais, tradições e hábitos sociais da comunidade, além de proporcionar um conjunto de ações voltadas à formação e integração da comunidade, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. (SOUZA, 2013, p.6)

Os primeiros canais surgiram entre 1996 e 1997, nas cidades de “Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São José do Rio Preto” (TORRES, 2009, p.35). Parte do conteúdo produzido pelos canais comunitários é utilizada pelas universidades, fundações e prefeituras (SOUZA, 2013). Esses canais são exclusivamente provedores de conteúdo, cabendo a produção às próprias entidades de forma autônoma e independente. Para Torres (2009), a principal dificuldade dos canais comunitários encontra-se no financiamento para a infraestrutura e para produção da programação. “Como nos demais canais previstos na Lei da TV a cabo, são proibidos de veicular publicidade comercial” (TORRES, 2009, p.35).

2.3.1.3 Canais legislativos

Por meio de registros nota-se que o primeiro canal de televisão legislativo surgiu nos Estados Unidos, em 1981. A emissora *C-SPAN (Cable Satellite Public Affairs Network)* foi criada com o intuito de destinar seu conteúdo às atividades do parlamento, sobretudo a transmissão ao vivo das reuniões do plenário e das comissões. Tal caminho foi percorrido por demais emissoras que vieram em seguida: na América Latina, por exemplo, os canais parlamentares começaram a funcionar na segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000 (SANTOS, 2006).

No Brasil, estes canais só foram possíveis a partir da aprovação da Lei da Cabodifusão, de 6 de janeiro de 1995 (SANTOS, 2006). Para Barros *et al* (2007), antes de sua anuência, o embrião das TVs Legislativas já havia se formado. Os autores afirmam que “desde 1993, o Senado Federal registrava as sessões e reuniões da Casa por meio de uma Central de Vídeo, que também produzia vídeos institucionais e distribuía material para as televisões privadas” (BARROS *et al*, 2007, p.5).

Os canais parlamentares atuam em âmbito nacional, estadual e municipal. Em grande parte, a programação é contemplada por “seções plenárias, reuniões de comissões temáticas, comissões parlamentares de inquérito (CPIs), audiências públicas, além de programação educativa, cultural e jornalística” (TORRES, 2009, p.34).

Para Torres (2009) a criação da TV legislativa foi um importante passo para a cidadania, pois passou a possibilitar o acompanhamento mais transparente do cotidiano do parlamento. “Isso pôde ser comprovado nas transmissões das seções da CPI dos Correios, em 2005. Um instituto de pesquisa revelou que a TV Senado superou a audiência de noticiários como Bom Dia Brasil, da TV Globo, Jornal da Noite, da Band, e da Globonews”. (TORRES, 2009, p.35).

Com a missão de divulgar as atividades parlamentares ao maior número de cidadãos, 49 cidades possuem TVs legislativas, segundo informações disponibilizadas no site⁴ da Câmara dos Deputados. A seguir, os quadros (1 e 2) ilustram os estados e cidades que possuem uma emissora própria em sua Assembleia Legislativa e Câmara Municipal. Cidades como Rio de Janeiro, Curitiba, Santos e outros 71 municípios ainda estão em fase de implementação.

Quadro 1: Estados com emissoras legislativas		
Nacionais	Câmara dos Deputados Senado Federal	
Assembleias Estaduais	Acre Amapá Amazonas Bahia Ceará Espírito Santo Goiás Maranhão Mato Grosso Minas Gerais Pará Paraíba Rio Grande do Norte Rio Grande do Sul Rio de Janeiro Roraima Santa Catarina São Paulo Sergipe Tocantins	

Fonte: Adaptado do site da Câmara dos Deputados.

⁴ Rede legislativa de rádio e TV. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/tv>>. Acesso em: 16 set 2018.

Quadro 2: Municípios que possuem emissora legislativa		
	Estado	Cidade
Câmaras Municipais	Bahia	Barreiros Salvador
	Ceará	Fortaleza
	Minas Gerais	Belo Horizonte Juiz de Fora Lavras Montes Claros Pouso Alegre Sete Lagoas Uberaba Uberlândia
	Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes
	Rio Grande do Norte	Natal
	Rio Grande do Sul	Bagé Porto Alegre Rio Grande do Sul
	São Paulo	Assis Barretos Bauru Botucatu Campinas Franca Jacareí Jaú Jundiaí Marília Mogi Piracicaba Ribeirão Preto São José do Rio Preto São Paulo Sorocaba Tupã
	Santa Catarina	Florianópolis
	Sergipe	Aracajú

Fonte: Adaptado do site da Câmara dos Deputados.

O número de Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais que se organizaram para produzir conteúdo foi crescendo ao passo que o número de domicílios a receber o sinal começou a aumentar. Prova disso foi que em 2012 a Câmara dos Deputados criou uma rede nacional de canais de televisão digital, com o objetivo de incentivar as casas legislativas a montarem suas próprias emissoras com sinal aberto e gratuito, universalizando o acesso às programações.

Não sendo diferente, a JF TV Câmara, emissora de Juiz de Fora, base deste estudo, ganhou seu o dial 35.1, em sinal aberto digital, em 2017. No canal, começaram sendo transmitidas, de forma independente, as programações da TV Câmara, da TV Assembleia de Minas e de conteúdos da própria JF TV Câmara.

A JF TV Câmara, que exibia pela Internet e por TV a cabo apenas sessões legislativas e audiências públicas, começou também a produzir telejornais com notícias do Legislativo, programas e documentários. Desta forma, são oito os canais de televisão vinculados à rede legislativa em Minas Gerais, presente ainda em Belo Horizonte, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Lavras e Montes Claros.

3 EMISSORA LEGISLATIVA DE JUIZ DE FORA

Com a intenção de entender como é realizado um trabalho de uma emissora legislativa e como ela se configura em um mercado dominado pelas TVs comerciais, é preciso explorar alguns critérios, como aponta Santos (2009).

Analisar o funcionamento de uma televisão legislativa implica em considerar aspectos como: a legislação, a produção, a transmissão, os custos e o controle político. Significa também estabelecer comparações e enquadrar as práticas em tendências e modelos de comunicação parlamentar, pois as TVL's brasileiras, apesar de seguirem um padrão quanto à formatação de programação, divergem consideravelmente uma das outras em várias questões de seu funcionamento técnico, político e cotidiano. (SANTOS, 2009, p.1)

A JF TV Câmara foi criada em 13 de novembro de 2014 pela aprovação, em votação simbólica, do Projeto de Resolução 1132/00, que ao ser promulgado se transformou na Resolução 1163/02. Muito sintética, com apenas cinco artigos, a Resolução determina:

Art.1º - É criada a TV Câmara, órgão de radiodifusão de sons e imagens da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Parágrafo único - A TV Câmara integra a estrutura da Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal e subordina-se à supervisão direta da Mesa Diretora do Legislativo Municipal.

Art.2º - A programação a ser retransmitida será de caráter educativo, informativo e de orientação social.

Art.3º - A Mesa da Câmara, em ato próprio, definirá as atribuições e funcionamento da TV Câmara.

Art.4º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Art.5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 1132, de 28 de agosto de 2000. (Resolução de 2002, nº. 1163)

A emissora teve início durante a passagem do ex-vereador e atual secretário municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de Juiz de Fora Júlio Gasparette (MDB), pela presidência da Câmara, entre 2013 e 2014. O lançamento oficial somente ocorreu no final do seu último ano à frente do Legislativo.

Com a troca da presidência da Casa, o vereador Rodrigo Mattos (PHS), ex-integrante da bancada tucana na Câmara, à frente da Mesa Diretora, manteve a iniciativa de implantar uma televisão própria. No ano de 2015, em Brasília, ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um acordo de Cooperação Técnica com vistas a viabilizar a implantação da Rede Legislativa de TV Digital em Juiz de Fora foi assinado, liberando a compra de equipamentos de transmissores.

As primeiras transmissões das sessões legislativas e audiências públicas ocorriam pela internet e pelo canal 11 da operadora de TV a cabo SimTV. Foi somente em março de

2017 que o sinal da TV Câmara operou em caráter experimental e pôde ser acompanhado pelo canal digital 35-1. No mês maio do mesmo ano, o canal parlamentar iniciou definitivamente a transmissão oficial em sinal aberto.

A fim de iniciar de fato o projeto, a Câmara precisou passar por uma reestruturação nas atividades desenvolvidas pela área de comunicação. A ideia era criar um setor que seria responsável pela produção de conteúdos da nova emissora, e que, de certa forma, não estaria vinculada com o setor de Assessoria de Comunicação. Partiu daí a criação da Superintendência de Comunicação Legislativa, uma espécie de coordenação do órgão. Em esfera de responsabilidades, surgiu uma sub-coordenadoria, lugar destinado estritamente para a JF TV Câmara. Ainda que ligada diretamente à Superintendência, a emissora passou a assumir uma autonomia própria, distinguindo-se de outros setores como a própria Assessoria de Imprensa e o Cerimonial, também ligados à coordenadoria do órgão.

Para realizar todas as suas atividades, a emissora tem uma fonte única de receita, que são as verbas destinadas à Câmara Municipal. Ela tende a se comportar não se preocupando com o mercado, porém, depende totalmente da boa vontade do ordenador de despesas da Câmara, membros da Mesa Diretora, para ter seus pedidos aprovados e suas receitas liberadas.

Atualmente, 16 servidores, indicados pela Mesa Diretora, compõem a JF TV Câmara (Quadro 3), responsáveis pela produção e transmissão dos conteúdos exibidos pela emissora. É por meio de reuniões de pautas que os funcionários definem as prioridades e o que será desenvolvido ao longo das semanas.

Quadro 3: Divisão do quadro de servidores	
Função	Servidores
Repórteres	2
Produtores	2
Cinegrafistas	4
Editores de imagem	2
Editor de texto	1
Controle mestre	2
Operador áudio	1
Coordenador de jornalismo	1
Engenheiro de telecomunicações	1

Fonte: Do autor.

No tocante à programação, a JF TV Câmara deu prioridade, primeiramente, para os conteúdos ao vivo, transmitindo as sessões plenárias como as audiências públicas e solenidades organizadas pelo Legislativo. Na sequência foram acrescentados materiais jornalísticos produzidos pela própria emissora acerca das atividades desenvolvidas internamente.

Renault (2003) explica que os canais legislativos entraram no ar com uma missão bastante diversa daquela que norteia os canais das redes abertas ou operadoras de televisão por assinatura privadas. “Até dispor de seu próprio veículo de comunicação, a divulgação dos trabalhos legislativos na Câmara de Vereadores sempre dependeu, de alguma forma, da cobertura jornalística” (RENAULT, 2003, p.55).

Com o passar do tempo, a grade de conteúdos começou a ganhar uma nova estrutura (Quadro 4). Notícias de outras casas parlamentares, de âmbito estadual e nacional, compunham espaço. A exibição de documentários e produções audiovisuais locais, incluindo trabalhos realizados com o apoio de entidades públicas, também enriqueceu a programação.

Quadro 4: Grade de programação - setembro/outubro 2018	
Programação	Tempo médio de exibição
Bloco matérias produção JF TV Câmara	25 a 40 minutos
Bloco matérias produção TV Assembleia MG	25 a 40 minutos
Bloco matérias produção TV Câmara do Deputados	25 a 40 minutos
Bloco matérias eleições 2018 produção JF TV Câmara, Assembleia e Câmara dos Deputados	25 a 40 minutos
Programa de documentários Funalfa	30 a 90 minutos
Programa de debates disponibilizados pelas TVs legislativas	30 a 90 minutos
Transmissões ao vivo audiências públicas e reprises dos meses anteriores	60 a 150 minutos
Transmissões ao vivo reuniões ordinárias e reprises dos meses anteriores	60 a 150 minutos
Programa esportivo Pautando Esporte	30 minutos

Fonte: Do autor.

O bloco intitulado de “matérias produção JF TV Câmara”, são VTS⁵ entre três e seis minutos de projetos de lei aprovados ou temas de interesse de Juiz de Fora, tendo como prioridade às editoriais saúde, educação, economia, cultura e esporte. Já as produções das TVs Assembleia e Câmara dos Deputados são materiais baixados por meio do site⁶ destas emissoras, que priorizam as mesmas temáticas das produções municipais, porém, os conteúdos tendem a ser voltados não somente a cidade, mas a Zona da Mata.

As matérias denominadas como eleições são conteúdos produzidos pela TV Assembleia de Belo Horizonte, antes e durante o período eleitoral, com foco na cobertura específica das eleições. Já a programação de documentários da Funalfa⁷ são vídeos culturais fornecidos pelo próprio órgão e exibidos na íntegra pela emissora.

⁵ Designa de forma genérica o conteúdo já editado de uma mídia, como uma reportagem, uma chamada ou uma matéria jornal.

⁶ Assembleia Legislativa. Disponível em: < <https://www.almg.gov.br/home/index.html>>. Acesso em: 19 set 2018.

Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 19 set 2018.

⁷ A Funalfa, Fundação Alfredo Ferreira Lage, é responsável por responder pelas políticas culturais do município e a gerir espaços.

Os programas de debates da TV Assembleia são variados e produzidos em estúdio da própria emissora legislativa, na capital mineira, com assuntos relacionados à saúde, educação, política e cultura. As transmissões ao vivo das audiências públicas e reuniões ordinárias não são voltadas a temas específicos, além de serem exibidas do início ao final. Por fim, o único programa esportivo, Pautando Esporte, que é uma coprodução com o portal Toque de Bola⁸. Para ajudar na produção dos conteúdos esportivos de interesse da cidade e região, a emissora auxilia com mão de obra e equipamentos.

Este último era um antigo desejo expressado pela diretoria de comunicação da Câmara, a criação de vínculos com entidades sem fins lucrativos para a exibição de programas com o viés do interesse público. O Pautando Esporte somente veio ao ar um ano após a primeira transmissão no dial 35.1.

Cabe ressaltar que os programas e as matérias produzidas não seguem um horário fixo para serem transmitidos, uma vez que a grade pode sofrer alterações em dias que há a exibição das audiências públicas e reuniões ordinárias, por exemplo, pois podem exceder o horário antes proposto. A grade também pode ser alterada, visto que o bloco sobre eleições não é mais transmitido após o período eleitoral.

Em entrevista concedida ao jornal Tribuna de Minas no dia 04 de maio, após o início das transmissões em sinal aberto, o presidente da Câmara, vereador Rodrigo Mattos (PHS), classificou a data como um novo marco para o Legislativo. Ele afirmou que não criou uma TV para os vereadores, mas sim uma TV pública.

Estamos iniciando as transmissões da TV Câmara em canal digital aberto. Todas as atividades realizadas pelos vereadores nesta Casa serão transmitidas ao vivo. Mas não criamos a TV dos vereadores. Não é esse o propósito. A TV Câmara será a TV pública de Juiz de Fora. O princípio basilar da democracia é a prerrogativa de votar e ser votado. Na TV Câmara, a população vai poder ver e ser vista. Os mais diferentes setores da sociedade terão espaço na nossa programação⁹. (SALLES, 2017)

Desta forma, no próximo capítulo tomamos o discurso do parlamentar como marco inicial de uma análise dos conteúdos produzidos pela emissora, para analisar se de fato o discurso proferido por ele condiz com o que está sendo transmitido: uma televisão pública, feita para o povo.

⁸ Portal juiz-forano de notícias esportivas com cobertura municipal e regional.

⁹ Vereador Rodrigo Mattos em entrevista concedida no dia 4 maio 2017 ao Tribuna de Minas.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Em uma parcela significativa das cidades, os cidadãos já conseguem acompanhar os trabalhos dos parlamentares por meio da televisão legislativa, como é o caso do município de Juiz de Fora. De certa forma, é um canal de comunicação direto entre os eleitores e seus representantes, servindo como forma de cobrança, por parte da sociedade, e transparência dos trabalhos legislativos. Juntamente com o parlamento, a mídia compartilha a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento político, econômico, cultural e social de uma sociedade.

Gomes (2006, p. 11) aponta que “(...) quando se trata de notícias da cidade o receptor participa mais ativamente do processo de comunicação”. Mas será que o conteúdo produzido por uma televisão legislativa é de certa forma público? Ou apenas busca divulgar a imagem dos vereadores? Em busca dessas respostas, tornou-se necessário, para o desenvolvimento desta pesquisa, analisar alguns produtos televisivos desenvolvidos pela JF TV Câmara. Desta forma, busca-se aqui acompanhar como a emissora tem noticiado os seus conteúdos.

O fato de ser uma televisão recente implica dizer que esse trabalho é um dos primeiros a ser realizado. Portanto, o objetivo do presente do capítulo é apontar, por meio de análise de conteúdo, qual foi o resultado que chegamos para os questionamentos acima enumerados.

Salientamos que a análise é um método pelo qual alguns conteúdos observáveis, como textos, imagens e objetos, são transferidos através da codificação para uma forma mensurável e verificável. “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2008, p.40).

Por meio de um balanço de combinações das notícias produzidas procuramos ainda verificar se, no período que integra o corpus da pesquisa, a JF TV Câmara destinou mais tempo a notícias voltadas para os vereadores ou para a sociedade. Logo, o período de análise escolhido foi definido para que o produto pesquisado estivesse mais próximo a data de entrega do trabalho. Desta forma, foram analisadas duas semanas, uma em setembro e outra em outubro, mais precisamente do dia 17 de setembro até dois de outubro de 2018.

Todas as edições foram gravadas. As 22 matérias de conteúdos variados veiculados, e que compõem nosso objeto, foram transcritas para possibilitar o aprofundamento da análise. Devido às dificuldades apontadas na obtenção dos produtos

jornalísticos da emissora, optou-se por gravar as edições exibidas por meio do canal do *Youtube*¹⁰.

Uma apresentação sobre as notícias se dará em ordem cronológica, a partir das distintas configurações dos vídeos. Cinco vídeos sobre o projeto Conheça a Câmara, cinco sobre audiências públicas, cinco envolvendo assuntos pertinentes as comissões, cinco sobre matérias gerais e duas sobre educação cidadã.

Ao término de cada produção uma tabela, por meio de números, exemplificará melhor os dados apresentados na descrição de cada reportagem. Com isso mensuraremos de forma mais acurada, quando houver a presença de setores populares, parlamentares e especialistas, o tempo gasto com cada discurso proferido nas entrevistas realizadas pelos repórteres da emissora legislativa.

4.1 CONHEÇA A CÂMARA

A atividade legislativa apresentada pela Câmara tem o objetivo de receber os cidadãos para conhecer o espaço, bem como o papel do poder legislativo e sua estrutura administrativa, por meio de uma visita guiada e ministrada por servidores do Centro de Atenção ao Cidadão (CAC).

4.1.1 Vídeo 17.09

O primeiro conteúdo audiovisual a ser analisado é o projeto Conheça a Câmara, disponibilizado no dia 17 de setembro no canal da emissora no *Youtube*. No vídeo, a emissora faz uma cobertura acompanhando a visita dos participantes ao longo das repartições da Câmara Municipal, totalizando um minuto e 55 segundos de conteúdo. O repórter responsável pela pauta abre a matéria apresentando o projeto e, em seguida, realiza duas entrevistas.

A primeira com o responsável pelo grupo de alunos da instituição para a visita ao órgão público. Nos primeiros 15 segundos de vídeo, o repórter indaga o professor a respeito da importância da visita para os estudantes. Em resposta, o entrevistado utiliza-se de exatos 35 segundos, entre 16 segundos até 51 segundos do vídeo, para explicar os motivos pelos quais a visita é benéfica para os estudantes do curso.

¹⁰ Câmara Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/CamaraMJF>>. Acesso em: 25 ago 2018.

Reforçando o discurso do professor sobre a importância do projeto, o repórter questiona uma das alunas acerca da experiência vivenciada no dia, como sendo uma atividade extracurricular, além de complementar, perguntando o que ela achou de mais interessante ao longo da visita pelas repartições do palácio Barbosa Lima.

Quando o vídeo assinala um minuto e quatro segundos, a entrevistada enumera os pontos pelos quais considera o projeto relevante. Entre eles, ela destaca a possibilidade de ver na prática a teoria lecionada dentro da sala de aula, além da oportunidade de poder ver de perto a aplicação, discussão e formação das leis, junto do papel do legislativo no dia a dia.

Quadro 5: Distribuição das entrevistas		
17.09		1'55''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	1'17''
Especialista	-	-
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.1.2 Vídeo 18.09

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o vídeo datado no dia 18 de setembro traz novamente a temática do projeto Conheça a Câmara. Ao todo, a produção conta com um minuto e 47 segundos. No primeiro quadro, o repórter trabalha com a cabeça da matéria apresentando os dois colégios que participaram da visita. Em seguida, usa a entrevista como método de sequência do material produzido.

A primeira entrevistada é questionada duas vezes a respeito da representatividade do projeto para os estudantes das instituições. Em 43 segundos, a professora afirma ser a terceira vez que a escola participa da atividade. Ela complementa dizendo que os alunos aprendem como funciona o Legislativo e tudo o que ele simboliza, somando conhecimento a outros projetos que eles participam. “Todo o conhecimento que eles adquirem aqui, eles levam para dentro de sala de aula e multiplicam para os outros alunos que não participam.”

Acrescentando a entrevista, o repórter conversa com um dos estudantes presentes, e o indaga a respeito da importância do projeto e do que ele mais gostou durante as apresentações. Ele destaca, em 23 segundos, ser a sua primeira vez a visitar o espaço, e diz ter sido interessante descobrir como as leis são regidas no município e quem as cria. O mesmo afirma estar interessado em voltar e participar das atividades do Legislativo no dia a dia.

Quadro 6: Distribuição das entrevistas		
18.09		1'47''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	1'06''
Especialista	-	-
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.1.3 Vídeo 20.09

Com um minuto e 37 segundos, o terceiro vídeo a ser analisado e transcrito de forma mais sucinta ao entendimento do conteúdo produzido, foi viabilizado no dia 20 de setembro. Assim como nos demais, outro grupo de estudantes participa do projeto na Câmara Municipal.

Novamente, duas entrevistas são realizadas, e as perguntas envolvendo a importância do projeto ainda norteiam a linha de raciocínio do repórter. Gastos 25 segundos, a professora responsável pelo grupo afirma que os estudantes aprendem um pouco de cidadania ao visitarem e conhecerem o processo legislativo. De igual modo, revela ser um aprendizado para as práticas lecionadas dentro da sala de aula, e também as atividades externas.

Distinguindo-se um pouco do que foi apresentado nos vídeos anteriores, a estudante entrevistada já havia participado do projeto no ano de 2017. Ela argumenta que a visita reitera a importância da democracia por meio do voto, além da oportunidade de conhecer os membros que fizeram parte da presidência e da história da Câmara Municipal. Completa declarando ser importante descobrir qual a função dos parlamentares e como é o

funcionamento da Casa legislativa, em destaque, para as audiências públicas que ocorrem durante os períodos. Ela utiliza-se do mesmo tempo de fala que a professora, 25 segundos.

Quadro 7: Distribuição das entrevistas		
20.09		1'37''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	50''
Especialista	-	-
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.1.4 Vídeo 24.09

Diferentemente dos demais conteúdos produzidos pela emissora a respeito da cobertura dos estudantes à Câmara Municipal, no vídeo em questão, disponibilizado no dia 24 de setembro e com duração de 49 segundos, o repórter realiza três entrevistas. Uma delas, contudo, é feita com um servidor do Centro de Atenção ao Cidadão, responsável por guiar e apresentar as repartições do prédio do legislativo aos participantes. As outras duas com acadêmicos das instituições de ensino. É importante destacar que em nenhum momento o repórter aparece ao longo da matéria.

O vídeo inicia-se com o repórter apresentando as escolas que estão participando da edição. Logo em seguida o servidor aparece explicando o valor que o projeto tem para a sociedade. Em 12 segundos, ele afirma ser importante que a população usufrua do espaço cedido pela Câmara, e que o momento é uma possibilidade de conhecer a produção das leis da cidade e conhecer também os seus próprios direitos.

Neste vídeo o jornalista retrata toda movimentação dos estudantes durante a visita, mostrando imagens deles percorrendo instalações como o plenário, galeria de fotos e a pirâmide montada com o nome dos ex-vereadores, localizada no saguão do Palácio Barbosa Lima.

A galeria de fotos, por sinal, é destacada por um dos estudantes entrevistados como a coisa de maior destaque na visita. Ele aponta que o fato de ver a história sendo contada em imagens justifica sua escolha.

A outra fala das entrevistas é feita por uma aluna que, diferente do seu colega de classe, ressalta o plenário como o ponto que a mais a impressionou. Ela explica que no local são feitas as leis e discutidos diversos assuntos pertinentes.

Quadro 8: Distribuição das entrevistas		
24.09		49''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	17''
Especialista	1	12''
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.1.5 Vídeo 28.09

A última produção a ser analisada e descrita sobre o projeto Conheça a Câmara nesta pesquisa, ao longo dessas duas semanas, foi apresentada na plataforma do *Youtube*, no dia 28 de setembro. O material apresenta duração de dois minutos e dez segundos de conteúdo. Não distante dos outros vídeos, o jornalista em questão é o mesmo das três matérias iniciais, ou seja, é possível afirmar que ele utiliza a mesma linha das narrativas anteriores, isso quer dizer, duas entrevistas são realizadas. Neste vídeo, uma com o professor responsável pelo grupo de estudantes e a segunda com uma acadêmica.

Após trazer a escola participante, junto a data em que ocorreu a visita, o repórter indaga o professor sobre a importância do projeto para os alunos do colégio. O educador responde, em 51 segundos, que a atividade é uma forma de aproximar os estudantes com o legislativo, uma vez que se encontram distantes do que ali é representado. Ele complementa explicando que a visita também é um jeito de comprovar, de forma prática, tudo o que é lecionado dentro da escola.

O discurso do professor é reiterado pelo da estudante. Questionada sobre o que achou de mais interessante, ela argumenta que a visita é uma possibilidade de aprender História não somente dentro da sala de aula, além do fato do prédio estar bem conservado e estar ao alcance de todos, ou seja, ser um espaço que faz parte da história da cidade, ser aberto para toda a população.

Quadro 9: Distribuição das entrevistas		
28.09		2'10''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	1'25''
Especialista	-	-
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA

A partir deste momento os vídeos a serem analisados estão categorizados pela temática de audiência pública. Convocada pelos vereadores, as audiências públicas promovem o debate sobre os mais variados temas. Qualquer cidadão pode participar com direito a dar opinião, pedir ou prestar esclarecimentos em assuntos de interesse público. Nos vídeos a seguir, não há a presença da imagem dos repórteres, apenas a narrativa.

4.2.1 Vídeo 18.09

O primeiro vídeo foi disponibilizado no dia 18 de setembro e trabalha com o assunto que discute a regularização de loteamentos na cidade. A audiência foi proposta por uma mensagem do Executivo, enviada ao Legislativo. O conteúdo tem um material bruto de quatro minutos e 11 segundos. Ao todo duas personagens são ouvidas: dois especialistas da Prefeitura responsáveis pelo setor demandado pela audiência e dois parlamentares.

Nos dez segundos iniciais, o repórter apresenta a situação enfrentada por uma moradora que adquiriu um terreno e não conseguiu até hoje a escritura do lugar, impedindo

que muitos serviços realizados pela Prefeitura sejam implantados no local. Em 14 segundos, a moradora explica que na audiência descobriu que deveria pagar uma multa para poder regularizar seu terreno, o que não a deixou satisfeita.

Em seguida, o repórter apresenta a segunda personagem da matéria, uma advogada responsável por um condomínio que enfrenta o mesmo problema: a regularização dos terrenos. Ela utiliza-se do tempo de 26 segundos para mostrar que seus clientes estão de aguardando, desde a construção de suas casas, uma solução para o problema.

Entre um minuto e três segundos de vídeo até um minuto e 16 segundos, o repórter detalha de forma sucinta o conteúdo abordado durante a audiência pública, para que depois o presidente da Comissão de Urbanismo da Câmara Municipal, vereador José Márcio (PV), explicasse melhor a mensagem enviada pelo Executivo.

Após o repórter apontar o valor da multa comentado pela moradora, o primeiro especialista a ser ouvido é o procurador geral do município, que em primeiro momento, em 28 segundos de fala, afirma que a Prefeitura tem o direito de legislar em cima do que se é discutido. Mais a frente ele enumera, em 42 segundos, duas formas para que os loteamentos sejam regularizados.

O Secretário de Planejamento e Gestão do município também argumenta, em 30 segundos, que o valor da multa é necessário. Ele expõe ainda que os moradores podem buscar, após pagar parte da multa, ajuda judicial para que haja uma solução entre as partes.

Encerrando a matéria e as pessoas ouvidas, o presidente da Comissão de Eletrificação da Câmara, vereador Kennedy Ribeiro (MDB), utiliza-se de 29 segundos para esclarecer o que foi decidido durante a Audiência.

Quadro 10: Distribuição das entrevistas		
18.09		4'11''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	40''
Especialista	2	1'40''
Vereador	2	43''

Fonte: Do autor.

4.2.2 Vídeo 19.09

Três minutos e 53 segundos: este foi tempo total da segunda matéria a ser analisada ainda sobre a temática audiência pública. Desta vez o assunto discutido é o trânsito em Juiz de Fora, e foi proposto pela Comissão de Defesa dos Direitos dos Idosos da Câmara, composta por três vereadores e um suplente. Três deles tiveram tempo de fala, além de dois participantes presentes na discussão e dois especialistas na área.

Antes de iniciar a fala dos vereadores, com 12 segundos de introdução, o jornalista a frente da matéria apresenta o assunto da audiência. Ana do Padre Frederico (MDB) é a primeira parlamentar a ser ouvida. Em 18 segundos, ela explica a importância do tema e o motivo pelo qual levou a comissão a resolver por agendar o debate.

Membro da comissão, o vereador João Coteca (PR), em seguida, explica que a educação no trânsito deve ser um diálogo aberto e iniciado dentro de casa. Ele ainda afirma que a conscientização no trânsito deve ser começada desde pequeno, com as crianças. Ao todo, o parlamentar gasta 19 segundos.

Um professor de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o primeiro especialista a ser apresentado no vídeo, aponta em 14 segundos a importância da participação popular nos debates que cerca o tema. Ele destaca que a população tem que pensar como é realizada a locomoção no dia a dia.

O vereador Vagner de Oliveira (PSC) não tem espaço destinado a sua fala. Deste modo o repórter, por meio de sua voz, explica os questionamentos feitos pelo vereador durante a audiência pública. Seguindo a mesma linha de raciocínio, dois participantes presentes no debate também questionaram alguns pontos, entre eles a contratação de agentes de trânsito e melhorias no transporte público. Ambos somados, gastaram 48 segundos.

A Secretaria de Transporte e Trânsito (Settra) da Prefeitura de Juiz de Fora, por meio de seu secretário, demandou o maior tempo de fala, com 45 segundos. Ele apresentou durante a discussão os trabalhos realizados pela pasta a fim de conscientizar a população, além de responder os questionamentos feitos pelos parlamentares e também pelos cidadãos.

O último a ser ouvido é o suplente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Idosos, vereador Kennedy Ribeiro (MDB). Aos três minutos e 30 segundos até a casa decimal dos 51 segundos, ele explica que a audiência é um instrumento provocativo para a sociedade.

Quadro 11: Distribuição das entrevistas		
19.09		3'53''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	48''
Especialista	2	59''
Vereador	3	58''

Fonte: Do autor.

4.2.3 Vídeo 24.09

A prevenção para o período chuvoso é o conteúdo abordado durante a cobertura da equipe da JF TV Câmara na terceira audiência pública analisada nesta pesquisa. Foram dois minutos e 56 segundos de material produzido, onde há a presença da imagem de um popular e de especialistas, além do proponente da discussão.

Um morador de uma região da cidade constantemente afetada pela as águas pluviais, relatou em 28 segundos os problemas que já enfrentou e continua enfrentado quando acontece o período chuvoso. Ele descreve que as ruas ficam inundadas, impossibilitando o acesso às residências do local.

Com o intuito de prevenir que desastres acontecem com a chegada das fortes chuvas, o vereador Jucelio Maria (PSB) foi o responsável por convocar representantes da Prefeitura e da Defesa Civil para dialogarem junto a população possíveis soluções para enfrentar o período chuvoso. No primeiro momento, com 54 segundos até um minuto e 20 de segundos de vídeo, Jucelio destaca ser o autor de uma lei criada em 2014 sobre o assunto e aponta que a lei obriga o Executivo a mostrar quais foram as ações feitas e que atualmente estão sendo feitas para garantir informação as pessoas.

Ao longo da exibição do vídeo é possível perceber que o repórter destaca a presença de diversos órgãos na audiência, sendo um deles a Secretaria de Obras. O representante da pasta apresentou um relatório sobre as principais intervenções realizadas no município no ano de 2018. Destacou, durante 15 segundos, que a cidade tem a maior concentração do porte de obras de contenção do Brasil.

A defesa civil ocupou um espaço de 27 segundos durante a discussão na produção. Um representante do órgão explicou que o monitoramento diminui o risco de acidentes, e que de forma antecipada consegue promover ações para mitigar ou eliminar possíveis acidentes nas regiões que apresentam áreas com maiores riscos.

O proponente da reunião retorna com mais 17 segundos de fala informando sobre um relatório a ser produzido e enviado ao chefe do Executivo. Nele, um dos objetivos é cobrar maior integração entre as secretarias.

Quadro 12: Distribuição das entrevistas		
24.09		2'56''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	1	28''
Especialista	2	42''
Vereador	1	43''

Fonte: Do autor.

4.2.4 Vídeo 25.09

Postado no canal da emissora no dia 25 de setembro, a discussão sobre problemas de água no bairro São Pedro foi o tema debatido durante a audiência pública de autoria da vereadora Ana do Padre Frederico (MDB). O material produzido ouve, além dela, três moradores do bairro atingido e também um especialista, que neste caso é o secretário de obras da Prefeitura de Juiz de Fora.

Logo na abertura do vídeo a vereadora e proponente da audiência gasta 31 segundos para repassar as pessoas que a assistem o motivo que a levou a solicitar a presente discussão. Segundo ela, a história de que pessoas não estavam conseguindo entrar em suas casas por conta do rompimento de dutos de águas pluviais seria uma justificativa plausível.

Posteriormente, o repórter retrata o assunto a ser abordado durante a audiência, chamando na sequência os três moradores do bairro São Pedro. O primeiro relato discorre sobre os problemas enfrentados com o rompimento dos dutos e a consequência que essa ação acarreta. O segundo morador descreve o desespero ao ouvir a chuva se aproximar, uma vez

que, com a sua chegada, novos rompimentos podem acontecer e inundar novamente as residências. Complementado a narrativa, um terceiro homem é ouvido, clamando por solução. Todos eles desabafam dentro de um período de tempo de um minuto e 42 segundos.

O encarregado pela Secretaria de Obras afirma ser inviável uma solução no momento, devido a uma ação judicial impetrada pelos cidadãos. Entre o minuto dois e 48 segundos até três minutos e quatro segundos, o representante esclarece a situação atual por parte do Executivo. A vereadora retorna para fechar a matéria explicando, em 25 segundos, quais medidas serão adotadas pela Câmara para buscar uma solução aos moradores.

Quadro 13: Distribuição das entrevistas		
25.09		3'32''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	3	1'42''
Especialista	1	16''
Vereador	1	56''

Fonte: Do autor.

4.2.5 Vídeo 28.09

Esta última análise se distingue das anteriores, principalmente pelo tema a ser explicado. A audiência se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, não envolvendo personagens populares. Nela o município apresenta a execução orçamentária do exercício financeiro, referente ao segundo quadrimestre de 2018. Desta forma, a única pessoa a se pronunciar é a subsecretária de controle interno da Secretaria da Fazenda, pasta responsável pelo assunto.

O repórter faz uma introdução abordando o tema, uma vez que o assunto é mais técnico. Para exemplificar melhor os dados exibidos durante a apresentação, a subsecretária aponta que as contas ainda não batem, devido à crise enfrentada pelo Estado. No primeiro momento, com 20 segundos, ela explica que o município aguarda os repasses atrasados oriundos do Governo Estadual.

Dos muitos números exibidos no telão do plenário da Câmara, o repórter traz novamente formas de tentar destrinchar de forma mais clara o que ali é passado. Mais uma vez, a servidora da Prefeitura afirma que a expectativa é de que haja uma melhora após a escolha de um novo presidente. Seu retorno assinala 39 segundos de discurso. O que podemos notar deste vídeo, disponibilizado no dia 28 de setembro, é um plenário vazio, com a presença de poucos vereadores. A produção tem um tempo de dois minutos e 16 segundos.

Quadro 14: Distribuição das entrevistas		
28.09		2'16''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	-	-
Especialista	1	59''
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.3 COMISSÕES

Chegamos a terceira categoria estipulada a fim de analisar os conteúdos produzidos pela JF TV Câmara. Neste momento, a análise gira em torno das produções legislativas das comissões. Elas são órgãos técnicos criados pelo Regimento Interno da Câmara e constituídos pelos parlamentares com o objetivo de discutir e votar propostas de leis que são apresentadas no Legislativo. As comissões se manifestam emitindo opinião técnica sobre determinado tema, por meio de pareceres, antes de o assunto ser levado ao plenário, ou seja, para discussão ampla com todos os vereadores.

4.3.1 Vídeo 28.09

O primeiro vídeo analisado, disponibilizado no dia 28 de setembro, contém dois minutos e 50 segundos de conteúdo. A notícia produzida diz respeito à divulgação da segunda semana de proteção animal de Juiz de Fora, realizada pela Comissão de mesmo nome, presidida pelo vereador Marlon Siqueira (MDB), único entrevistado durante a matéria.

Na abertura o repórter apresenta o tema a ser discutido ao longo da entrevista. Por ser o único vereador ouvido, Marlon utiliza-se do tempo de um minuto e 19 segundos para passar informações sobre o que é realizado pela comissão e as atividades durante a semana de proteção animal.

Na sequência da fala proferida pelo vereador, o repórter apresenta por meio do *off*¹¹ os horários, os dias e os locais onde serão desenvolvidas as ações em meio a semana de proteção animal. A técnica adotada pelo repórter representa aproximadamente um terço do tempo total do material produzido pela emissora.

Quadro 15: Distribuição das entrevistas		
28.09		2'50''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	-	-
Especialista	-	-
Vereador	1	1'19''

Fonte: Do autor.

4.3.2 Vídeo 01.10

O evento que marcou a abertura da semana da pessoa idosa no município é o tema do segundo vídeo a ser analisado e disponibilizado no dia primeiro de outubro. Contendo dois minutos e 41 segundos, a reportagem conta com a presença de três vereadores que integram a Comissão de Defesa dos Direitos dos Idosos e cinco pessoas que fazem parte da faixa etária acima dos 60 anos.

O repórter utiliza-se novamente do *off* para repassar as informações sobre o evento, realizando em seguida a técnica conhecida no jornalismo como “o povo fala”, momento em que a população tem espaço para falar sobre determinado tema, neste caso, sobre a ação realizada.

¹¹Texto gravado pelo repórter – normalmente após a gravação da matéria. É a narração da notícia, colocada durante a transmissão.

As três falas iniciais dos idosos equivalem a 21 segundos do vídeo. Eles apontam, principalmente, a vontade de viver e aproveitar cada segundo como se fosse o último. Segundo eles, não há idade para fazer as coisas.

Ana do Padre Frederico (MDB) é a primeira parlamentar a se pronunciar. Ela explica em 28 segundos que a marcha realizada pela comissão resgata a dignidade da pessoa idosa, em muitos momentos esquecida em um canto dentro das casas. Kennedy Ribeiro, do mesmo partido, defendeu o momento como sendo uma chance de promover o debate em respeito aos idosos, para que os mesmos tenham uma condição de vida melhor. Inferior ao tempo da vereadora, Kennedy fala durante 20 segundos.

A mescla durante a reportagem entre as falas dos idosos e parlamentares novamente é repetida. Dois personagens falam durante 29 segundos sobre mais amor à terceira idade, além de melhoria no transporte e respeito por parte do poder público.

O vereador João Coteca (PR), também membro da comissão, encerra o vídeo trazendo informações sobre as atividades desenvolvidas durante a semana da pessoa idosa, além de fazer um convite aos telespectadores. É possível analisar que ao término do vídeo, mesmo havendo um número maior de pessoas do público falando, os vereadores tem mais espaço de fala, como aponta a tabela a seguir.

Quadro 16: Distribuição das entrevistas		
01.10		2'41''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	5	50''
Especialista	-	-
Vereador	3	1'02''

Fonte: Do autor.

4.3.3 Vídeo 02.10

O conteúdo a seguir apresenta um minuto e 36 segundos, dividido em abertura e entrevistas ao longo de sua exibição. Assim como nos demais vídeos que compõem essa categoria, parlamentares são ouvidos. O tema tratado diz respeito à exposição realizada por

estudantes de duas escolas municipais da cidade acerca da segunda semana de proteção animal.

Após o repórter apresentar o assunto, a primeira pessoa a ser ouvida é a coordenadora da campanha. Com apenas dez segundos, ela explica como os alunos realizaram os trabalhos envolvendo o tema proposto: animais. A diretora de uma das escolas afirma que a campanha trouxe um efeito positivo para as crianças pois, segunda ela, elas começarão a olhar com mais apreço aos bichos de estimação, estimulando a prática da adoção para aqueles que não possuem um animal dentro de casa. Foram gastos 13 segundos por parte da servidora.

O presidente da Comissão Permanente de Proteção Animal, vereador Marlon Siqueira (MDB), idealizador do projeto, ressalta em 16 segundos a importância de se trabalhar desde cedo com as crianças. Ele aponta que no futuro os jovens de hoje vão ser tornar adultos mais conscientes, diferente do cenário atual.

Outra integrante que esteve presente na visita realizada pela comissão foi a vereadora Ana do Padre Frederico (MDB). Ela destaca novamente o valor do projeto para as crianças, reforçando o que foi dito pelo seu colega de partido.

Quadro 17: Distribuição das entrevistas		
02.10		1'36''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	1	13''
Especialista	1	10''
Vereador	2	30''

Fonte: Do autor.

4.3.4 Vídeo 02.10

Outro vídeo produzido está relacionado a Comissão de Proteção Animal da Câmara, contabilizando três produções neste tema. Desta vez, a conscientização contra os maus tratos e o abandono de animais foram temas de uma palestra realizada em uma instituição de ensino da cidade. A cobertura feita pela emissora ouviu a palestrante, que aqui

podemos categorizar como especialista, a coordenadora pedagógica da escola, dois estudantes, e o vereador e presidente da comissão, Marlon Siqueira (MDB).

Após a chamada por parte do repórter, a responsável por ministrar a palestra, gerente do departamento de controle animal da Demlurb¹², detalhou em 19 segundos o que foi explicado aos estudantes, desde o momento em que é realizado o resgate do animal abandonado até ser feita a adoção.

A segunda entrevista é realizada com a coordenadora pedagógica. Ela aponta durante 33 segundos que há um trabalho feito pela instituição de ensino buscando mostrar aos alunos a valorização da vida. Segundo ela, é importante que exista um respeito mútuo entre as partes, construído assim um ambiente harmônico.

O vereador Marlon defende o discurso apresentado no vídeo anterior, também publicado no dia dois de outubro. Ele afirma que em 2018 a semana de proteção animal trabalha com o foco voltado para o público infantil. Para o parlamentar as crianças de hoje vão se tornar adultos mais conscientes no futuro. Seu discurso durou 32 segundos.

Com 21 segundos, os estudantes ouvidos defenderam o processo de adoção apresentado pela palestrante. Complementaram dizendo que vão compartilhar com outras pessoas como é feito o trabalho de adoção realizado pelo canil municipal. Encerrando o vídeo, o repórter apresenta como pode ser feito o processo de acolhimento do animal, por meio da fala, novamente, da palestrante. Ela afirma em 34 segundos todo o processo para realizar a adoção.

Quadro 18: Distribuição das entrevistas		
02.10		2'57''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	3	54''
Especialista	1	53''
Vereador	1	32''

Fonte: Do autor.

¹²Órgão da Prefeitura responsável pela execução de serviços de varrição, capina, limpeza e conservação das dependências das vias públicas e auxiliar no serviço de coleta de lixo de Juiz de Fora.

4.3.5 Vídeo 02.10

Podemos observar que neste quinto vídeo a cobertura também é realizada em cima do que foi definido como conteúdo voltado para as ações das comissões do Legislativo. O assunto proposto é intitulado como “Comissão (Minha Casa, Minha Vida) verifica novas instalações de hidrômetros individuais”, e assinala três minutos e nove segundos.

O repórter apresenta o conteúdo por meio de imagens e histórias contadas pelos personagens presentes mas, ao longo do vídeo, realiza uma passagem explicando melhor toda a situação que gira em torno da reportagem. Cinco entrevistas foram realizadas, sendo duas com moradores, uma com o presidente da comissão e duas com especialistas.

Humanizando mais o conteúdo, o repórter inicia o vídeo expondo o assunto. Vemos em seguida um primeiro trecho da entrevista feita com uma das moradoras, o que procura reforçar os problemas que os mesmos tinham antes da instalação dos novos hidrômetros. A primeira moradora faz o seu relato em 19 segundos.

Logo depois o jornalista já apresenta a segunda moradora, que assim como na anterior, destaca, em 28 segundos, a felicidade pelo serviço que foi prestado. Para verificar as novas instalações citadas, o presidente da Comissão Minha Casa, Minha Vida da Câmara, vereador Sargento Mello (PTB) esteve no local e ressaltou, em 16 segundos, a participação da comissão ao longo do processo.

O primeiro especialista é o presidente do Conselho Municipal de Habitação da cidade, que destacou em 12 segundos os benefícios que os moradores terão com o novo pleito alcançado. O parlamentar retorna quando vídeo aponta um minuto e 49 segundos, para afirmar que novos empreendimentos vão receber o projeto.

A segunda entrevista concedida por outro especialista, que representa um dos órgãos responsáveis pela instalação dos hidrômetros, salienta em 32 segundos como foi execução do serviço e o que está sendo programado para a sequência dos trabalhos. Para o final do vídeo, o repórter realiza sua passagem descrevendo a quantidade de imóveis que já receberam o benefício. Encerrando a matéria a primeira moradora retorna e, em mais nove segundos, reforça ainda mais o que foi dito em termos de humanizar a reportagem.

Quadro 19: Distribuição das entrevistas		
02.10		3'09''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	56''
Especialista	2	44''
Vereador	1	1'04''

Fonte: Do autor.

4.4 MATÉRIAS GERAIS

Neste momento chegamos ao que definimos como matérias gerais. Nesta categoria cinco vídeos foram enquadrados. Os assuntos variam de produção para produção, ou seja, cada vídeo tente a falar sobre um assunto em particular, não estando fixado em apenas um tema, como nas categorias anteriores, em que as reportagens estavam vinculadas, por exemplo, ao projeto Conheça a Câmara ou audiências públicas. Diante disso podemos notar que em determinadas produções não haverá a presença de parlamentares. O mesmo se aplica a participação popular.

4.4.1 Vídeo 19.09

A temática trabalhada no primeiro material diz respeito aos 30 anos da Constituição Federal. Destaca-se aqui que a imagem do repórter em momento algum se faz presente. No decorrer do vídeo foi percebido que os três entrevistados se encontram na categoria especialistas, mesmo que cada um deles represente uma posição ou profissão. De antemão é possível notar que todos acrescentam informações técnicas ao tema. Os entrevistados são intercalados por falas do repórter durante a exibição do conteúdo.

O primeiro a ser ouvido é um mestre em Direito Constitucional. Ele apresenta em 34 segundos um pouco sobre o contexto da implementação da Constituição e o que ela traz para os dias atuais. Na sequência, o repórter explica por meio de imagens como foi realizada a formação da carta constitucional. O segundo entrevistado é um cientista político que aponta,

em sua primeira passagem, durante 35 segundos, os pontos de maior relevância da Constituição.

O terceiro especialista é um jornalista que acompanhou de perto todo o processo de redemocratização do país. Em discurso ele aponta, em 36 segundos, duas razões para celebrar a lei maior. Para ele, a saída de um período de excepcionalidade das instituições e a afirmação de um Estado Democrático de Direito são os fatores de comemoração.

Após serem ouvidos na primeira metade do vídeo, os especialistas retornam apontando mais informações e opiniões sobre a Constituição Federal de 1988. Em suma, o mestre em Direito Constitucional utiliza mais um minuto e sete segundos de fala; o jornalista 23 segundos; enquanto o cientista político 21 segundos. Como citado, nota-se que não há presença de vereadores e a participação popular, uma vez que o vídeo tem intuito mais informativo.

Quadro 20: Distribuição das entrevistas		
19.09		4'45''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	-	-
Especialista	3	3'37''
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.4.2 Vídeo 20.09

Com dois minutos e 53 segundos, o segundo vídeo postado no dia 20 de setembro, retrata um encontro realizado pela Ordem de Advogados do Brasil (OAB), no qual o tema abordado foi políticas públicas e inclusão social no país. A matéria conta com a abertura feita pelo repórter e seis entrevistas. Diferente do vídeo anterior, dois vereadores são ouvidos, além da organizadora do evento (considerada aqui como especialista), o público e um especialista, neste caso, um advogado responsável por ministrar a palestra.

A organizadora é a primeira a ser entrevistada. Ela aponta o motivo pelo qual escolheu o mês de setembro para realizar o evento. Com 26 segundos ela explica que diversas

datas são lembradas neste período. O advogado entra logo em seguida apontando o que foi apresentado por ele durante a palestra. Entre 48 segundos a um minuto e ele afirma ter conseguido passar um pouco do conhecimento sobre a legislação que gira em torno dessa classe da sociedade.

Por meio do *off* o repórter passa algumas informações a respeito do número de pessoas com alguma deficiência no país. A seguir, as duas entrevistas com o público são realizadas, justamente com pessoas que estão inseridas nessa parcela da população. Em 26 segundos, os dois afirmam que ter a atenção por parte do poder público é ainda o principal desafio. Também destacaram a acessibilidade como outro fator complicador.

Os vereadores presentes, Ana do Padre Frederico (MDB) e João Coteca (PR) disseram ter participado da palestra para ver o que é possível fazer, visando ajudar as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Ao todo, 36 segundo foram utilizados pelos dois parlamentares.

Quadro 21: Distribuição das entrevistas		
20.09		2'53''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	2	26''
Especialista	2	54''
Vereador	2	36''

Fonte: Do autor.

4.4.3 Vídeo 25.09

O terceiro vídeo tem cunho mais cultural e foi disponibilizado no dia 25 de setembro, sendo ele o mais longo dos demais (6m04) devido a uma apresentação artística. Antes do início da Reunião Ordinária, um coral internacional se apresentou na Câmara Municipal e a emissora fez a cobertura do evento. O vídeo é dividido em abertura, apresentação artística e duas entrevistas, com o diretor artístico e o vereador Wanderson Castelar (PT).

O repórter faz a cabeça da matéria explicando a vinda do coral do Paraguai para Juiz de Fora, em razão de um evento internacional (Festcoros). Mediante a situação, ele realiza uma entrevista com o diretor do evento para esclarecer algumas dúvidas. Em 58 segundos, o diretor respondeu perguntas como, por exemplo, o motivo pelo qual o coral se apresentou na Câmara, os dias em que o evento acontece.

Após a primeira entrevista, a emissora exibe a apresentação realizada pela *Camerata San Andrés*. O concerto durou aproximadamente um minuto e 39 segundos. Ao término da apresentação outra entrevista acontece, desta vez com o vereador Wanderson Castelar (PT). Ele, segundo a matéria, é um apoiador do Festival Internacional de Coral, por meio de emenda parlamentar.

No início da entrevista, o repórter o questiona sobre sua participação no evento e também a respeito da importância dos corais na classe artística. Castelar, por sua vez, responde em um minuto e 52 segundos que o evento na cidade é apoiado por ele antes mesmo de se tornar parlamentar. Afirma ainda que atualmente o Festcoros é apoiado também pela Secretaria Estadual de Cultura. O vídeo encerra exatamente ao término da fala do vereador.

Quadro 22: Distribuição das entrevistas		
25.09		6'04''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	-	-
Especialista	1	58''
Vereador	1	1'52''

Fonte: Do autor.

4.4.4 Vídeo 25.09

A produção audiovisual exibida no dia 25 de setembro traz o encerramento das atividades realizadas durante a Semana Nacional do Trânsito. Sem a presença dos vereadores, a matéria ganha destaque pela participação popular, uma vez que o repórter emprega novamente o povo-fala. Outras entrevistas também são realizadas com quem estava participando da intitulada blitz educativa.

Na abertura da reportagem o repórter faz o lide, ou seja, apresenta informações iniciais sobre o conteúdo do material a ser exibido. A primeira a falar é a presidente da Comissão Municipal de Segurança e Educação para o Trânsito (Conset). No primeiro momento, ela explica que o intuito de realizar a blitz é levar ao maior número de pessoas a mensagem de corresponsabilidade para com o trânsito.

Dois idosos que integram a Câmara Sênior e que participavam da ação também foram ouvidos. Ambos destacaram a situação do trânsito na cidade e pediram maior consciência das partes, motoristas e pedestres. A fala dos dois rendeu 29 segundos.

Reforçando o que foi dito pelos idosos, quatro motoristas que trafegavam pelo local também foram entrevistados. Em 19 segundos, todos apontaram a preocupação com o aumento da circulação de veículos na cidade, e defenderam um respeito mútuo entre os dois lados que compõem o trânsito.

Funcionários do hemocentro também estiveram presentes e entregaram material informativo para quem passava pelo local. Entrevistada, a representante do órgão registra em 16 segundos que qualquer ação que envolva o cidadão cabe a doação de sangue. A presidente da Conset menciona em 14 segundos que o objetivo da Semana do Trânsito foi concluído de forma satisfatória.

Quadro 23: Distribuição das entrevistas		
25.09		2'39''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	6	48''
Especialista	2	50''
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.4.5 Vídeo 28.09

A prevenção de doenças no coração é o assunto tratado pela JF TV Câmara no vídeo divulgado no dia 28 de setembro, que contém três minutos e 14 segundos. Ao longo da exibição é possível perceber que a matéria tende a informar os telespectadores de possíveis

sintomas que podem levar o indivíduo a alguma doença no coração. A história de uma personagem é narrada pelo repórter logo no início do vídeo. Para discorrer sobre o assunto, um médico cardiologista também é entrevistado. Finalizando a matéria, o presidente da Comissão de Saúde da Câmara é ouvido.

O repórter inicia o vídeo com um relato de 27 segundos de uma personagem que afirmou ter sentido fortes dores no braço e resolveu procurar ajuda médica. Após consulta, descobriu que estava tendo um infarto. Em seguida, ela explica os hábitos que precisou tomar após ter sido submetida a uma cirurgia.

Após a narrativa, o jornalista realiza uma passagem de 45 segundos trazendo informações sobre o número de mortes no país e na cidade por decorrência de doenças no coração. Buscando apresentar os sintomas, um especialista na área da saúde explica em 28 segundos os sinais mais frequentes que podem alertar acerca de um problema no coração. Em decorrência, o médico aponta que a genética pode influenciar nas possíveis causas das doenças. Por isso, com 22 segundos, ele destaca a importância de se procurar ajuda médica.

O vereador Kennedy Ribeiro (MDB), presidente da Comissão de Saúde, afirma que a comissão está realizando, em conjunto com a Prefeitura, um trabalho para levar ao maior número de pessoas, a quantidade máxima de informações necessárias (11s).

Quadro 24: Distribuição das entrevistas		
28.09		3'14''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	1	27''
Especialista	1	50''
Vereador	1	11''

Fonte: Do autor.

4.5 EDUCAÇÃO CIDADÃ

Os dois últimos vídeos a serem analisados fazem parte da categoria denominada educação cidadã. O Legislativo defende que os programas Parlamento Jovem e Câmara

Mirim, junto com o Conheça a Câmara, são projetos que estimulam o senso crítico para os desafios no mundo político.

4.5.1 Vídeo 19.09

O Parlamento Jovem é desenvolvido com estudantes do primeiro e segundo anos do ensino médio que participam durante meses do processo de atividades do Legislativo, propondo mudanças na legislação e possibilidades de novas leis. O vídeo a ser analisado retrata a parte final do programa no ano de 2018, quando os participantes se preparam para viajar a Belo Horizonte, local onde ocorre o encerramento do projeto.

É possível perceber que no vídeo não há corte de imagens. Nele o repórter utiliza a técnica conhecida como *stand up*¹³. Duas entrevistas são realizadas, uma com o coordenador do projeto em Juiz de Fora e com uma das estudantes das escolas participantes. O vídeo tem três minutos e 12 segundos de conteúdo.

Na abertura o repórter apresenta o assunto a ser discutido durante a reportagem. A entrevista com o coordenador do projeto, primeiro a ser ouvido, ocupa mais da metade do material produzido pela emissora, ao todo um minuto e 58 segundos. Neste tempo o coordenador é questionado sobre as atividades realizadas pelo programa e o desenrolar dele na capital mineira.

Uma das estudantes que participam do projeto também conversou com o repórter. Diferente do que foi apontado na entrevista anterior, a aluna é indagada sobre o tema discutido na edição de 2018 e a possibilidade de discuti-lo junto a outros alunos participantes que também estarão em Belo Horizonte. Em 25 segundos, ela aponta a expectativa e descreve o que espera com o debate a ser realizado.

¹³Quando o repórter faz uma gravação no local do acontecimento para transmitir informações do fato. É usado quando a notícia tem grande relevância que, mesmo sem imagem, vale a pena.

Quadro 25: Distribuição das entrevistas		
19.09		3'12''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	1	25''
Especialista	1	1'58''
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

4.5.2 Vídeo 26.09

Diferenciando-se no aspecto de idades, a Câmara Mirim promove a participação política e cidadã de estudantes entre 13 e 15 anos das escolas municipais e privadas da cidade, que desenvolvem atividades semelhantes aos dos parlamentares. Por muitos, os alunos são conhecidos como vereadores mirins. A produção audiovisual disponibilizada no dia 26 de setembro apresenta um minuto e 54 segundos, com a realização de um povo-fala com os estudantes e entrevista com o coordenador do projeto, o mesmo do vídeo anterior.

A abertura é feita por meio de uma apresentação artística realizada pelos estudantes. Na sequência o repórter apresenta o assunto abordado ao longo do vídeo, e a primeira pessoa a ser ouvida é o coordenador. Em 19 segundos ele explica as ações adotadas pelas instituições de ensino e a parceria entre a Câmara Municipal e a Universidade Federal de Juiz de Fora antes da realização da atividade apresentada no vídeo.

Logo após, durante 11 segundos, o repórter faz sua passagem chamando os estudantes que descrevem o que aprenderam sobre o tema discutido ao longo do ano. Quatro estudantes foram ouvidos durante o povo-fala, totalizando 42 segundos de diálogo.

Quadro 26: Distribuição das entrevistas		
26.09		1'54''
Entrevistas	Nº de entrevistados	Tempo gasto
Povo	4	42''
Especialista	1	19''
Vereador	-	-

Fonte: Do autor.

5 ANÁLISE GERAL

Responder os questionamentos estipulados nesta pesquisa implica em analisar alguns fatores aqui definidos conforme o assunto abordado nas reportagens, bem como o tempo de discurso de cada personagem envolvido. A partir dos levantamentos e com base nas informações sobre cada edição, chegamos a cinco categorias temáticas: Conheça a Câmara; Audiência Pública; Comissão; Matérias Gerais e Educação Cidadã.

A categoria Conheça a Câmara apresenta vídeos que englobam uma visita realizada por um grupo de populares às instalações do Legislativo. No projeto, os visitantes recebem informações sobre a história do poder municipal e têm a oportunidade de conhecer de perto como funciona o processo legislativo. Trata-se ainda da participação de jovens de algumas instituições de ensino da cidade.

Já o grupo Audiência Pública contou com episódios que debatem temas de relevância para a população, em termos de política pública, elaboração de um projeto de Lei ou a até uma realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade. Desta forma, a seleção partiu do princípio que problemas enfrentados pela população se tornaram o foco central das discussões, o que acarreta em uma plena participação popular.

A categoria Comissão incluiu produções que buscam dar visibilidade para as atividades realizadas pelas próprias Comissões do Legislativo, seja ela permanente ou especial. Notamos aqui uma atuação assídua dos parlamentares no intuito de explicar o papel do órgão ou divulgar algum trabalho desenvolvido.

O grupo Matérias Gerais abarca diferentes temáticas. Neste item, alguns vídeos poderiam facilmente ser categorizados em outros. Todavia, há um elo entre eles que é o fato de serem produções que privilegiam assuntos externos, de certa forma não ligados propriamente com o Legislativo.

Por fim, a categoria classificada como Educação Cidadã contou com matérias voltadas ao estímulo da formação cidadã de estudantes do ensino fundamental e médio das escolas de Juiz de Fora. Pode ser similar ao grupo intitulado como Conheça a Câmara, contudo neste item os jovens não participam intimamente de visitas técnicas dentro das instalações do Legislativo.

Em uma provável situação de alocação de programas em dois ou mais grupos temáticos, escolhemos por classificar, assim como dito anteriormente, com base no aspecto central da edição. Desse modo, 22,7% (5) dos vídeos foram classificados como pertencentes à

categoria Conheça a Câmara, 22,7% (5) refere-se à Audiência Pública, o mesmo valor para à Comissão e Matérias Gerais e 9% (2) ao grupo Educação Cidadã.

Para fins da pesquisa, dividimos os entrevistados presentes nos vídeos em três amostras: povo, especialista e vereador (Quadro 27). O primeiro restringe-se a sujeitos que não estão inseridos no contexto do poder legislativo, bem como não sendo profissionais alocados em uma determinada área, o que os diferencia da segunda classificação. Nesta os entrevistados são pessoas que contribuem de certa forma com conteúdos mais técnicos. Por fim, os vereadores são parlamentares que compõem a Câmara Municipal.

Entre os personagens das matérias, evidenciamos uma presença massiva por parte dos chamados populares, que mesmo estando ausentes em algumas produções, ainda destacam-se em relação aos demais. O fruto dessa atuação resulta em uma interação nítida da participação popular, talvez não como destaque do produto final, mas sim, como sujeito importante na construção das narrativas.

Quadro 27: Número de entrevistas/ tempo		
Amostras	Nº de entrevistas	Tempo total
Povo	43	14min14s
Especialista	24	16min01s
Vereador	19	10min26

Fonte: Do autor.

Por outro lado, percebemos que o tempo discursado por cada popular não reflete no número de entrevistas realizadas pela emissora. O destaque, por sua vez, fica por conta dos especialistas, que em média utilizam 40 segundos por fala, valor superior aos demais. Tal constatação pode estar relacionada ao fato da emissora buscar retratar com maior credibilidade os assuntos discutidos, visto que as falas dos especialistas trazem um caráter mais informativo.

O que ainda se pode notar é que há uma presença forte de duas ou mais amostras (68,1%) ao longo das produções (Quadro 28), o que de certa forma reforça uma das principais características presentes na televisão pública: a pluralidade, conceito defendido no I Fórum Nacional das TVs Pública (NAZARENO, 2007), ou seja, um universo onde se faz atuante

mais de uma voz. Até porque, uma televisão que se intitula feita para o público, necessita defender a pluralidade como sendo fundamental para a disseminação das discussões sobre a cidadania e o que a envolve.

Quadro 28: Presença das amostras por vídeo	
Amostras	Quantidade de vídeos
Uma	7
Duas	6
Três	9

Fonte: Do autor.

É possível inferirmos que a JF TV não somente preza pela imagem dos vereadores, mas também do próprio Parlamento como instituição (Quadro 29). Há vídeos em que é possível perceber que não existe a imagem dos vereadores, o que reforça mais a ideia de ser um canal voltado para a promoção e ao mesmo tempo transparência das atividades desenvolvidas por um todo, do poder Legislativo, e não meramente direcionado a apenas uma parte, setor ou núcleo, como aponta Torres (2009).

Quadro 29: Divulgação do Legislativo	
	Total de vídeos
Presença de vereadores	12
Sem presença de vereadores	10

Fonte: Do autor.

Deste total de dez vídeos produzidos sem a presença dos vereadores, sete são voltados para outras atividades desenvolvidas pela Câmara, como os projetos Conheça a Câmara, Parlamento Jovem e Câmara Mirim. Os três restantes representam produções complementares, ou seja, com temáticas distintas. Um está enquadrado na categoria Audiência Pública. Os demais, no grupo denominado Matérias Gerais.

De antemão, em uma comparação mais ampla, a imagem dos parlamentares sai atrás das amostras intituladas povo e especialista quanto à presença nos vídeos (Quadro 30).

Dos 22 vídeos totais, em 81% (18) temos a presença da amostra povo, em 72% (16) especialista e 54% (12) vereador.

Quadro 30: Quantidade de aparições por amostra	
Amostras	Presença nos vídeos
Povo	18
Especialista	16
Vereador	12

Fonte: Do autor.

Se por um lado temos mais entrevistas voltadas para a população, em contrapartida o tempo/fala destinado aos vereadores é superior (Quadro 31), compensando assim a perda em termos numéricos e alcançando maior presença diante das câmeras. O que é aceitável, em termos, uma vez que a televisão legislativa é voltada para a imagem do Legislativo, como uma espécie de divulgação.

Quadro 31: Comparativo do tempo de fala por amostra	
Amostra	Tempo/fala aproximado
Povo	19s
Vereador	32s

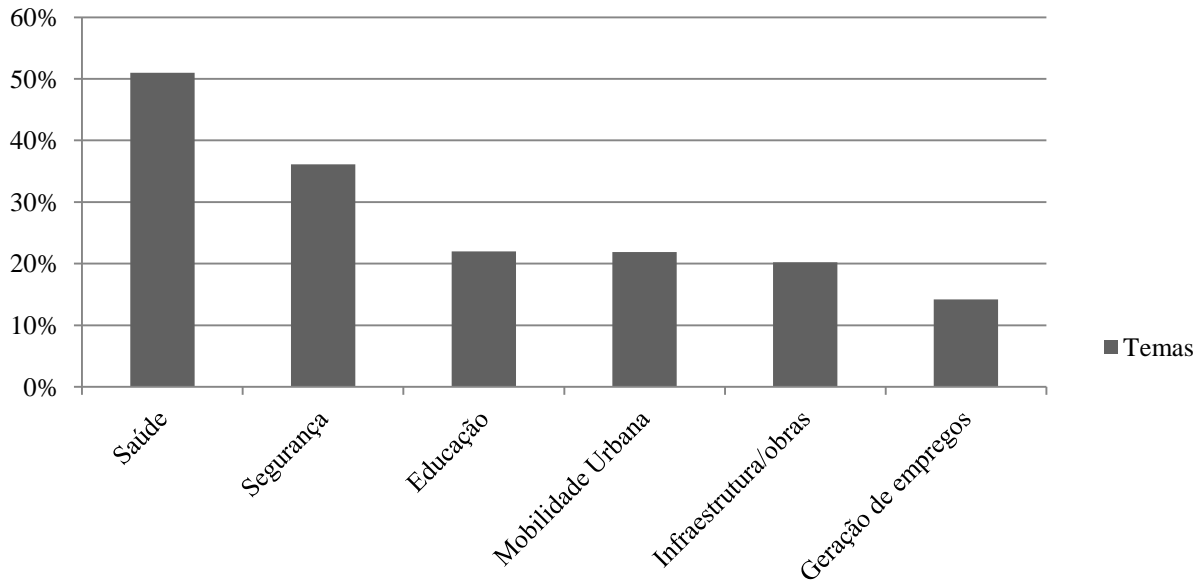
Fonte: Do autor.

Para provocarmos mais ainda um debate sobre o conteúdo exibido, se é ou não de interesse público, utilizaremos um estudo realizado pela GMR Inteligência & Pesquisa¹⁴, em junho de 2018, que buscou apresentar, por meio de entrevistas, quais os principais problemas enfrentados pela cidade, apontados pela população (Gráfico 1). Nesse aspecto, quando os entrevistadores foram a campo para a pesquisa, 1.200 pessoas foram ouvidas. A saúde foi o tema que mais preocupou os cidadãos com 51% dos entrevistados, seguido pela segurança pública, com 36,1%, e o terceiro item foi à educação, com 22%.entrevistadores foram a campo para a pesquisa, 1.200 pessoas foram ouvidas. A saúde foi o tema que mais preocupou

¹⁴ Pesquisa cedida pela Câmara Municipal, por meio de sua Superintendência de Comunicação, intitulada como Avaliação de imagem da TV Câmara Juiz de Fora.

os cidadãos com 51% dos entrevistados, seguido pela segurança pública, com 36,1%, e o terceiro item foi à educação, com 22%.

Gráfico 1: Temas com relevância para a população



Fonte: Adaptado de GMR Inteligência & Pesquisa.

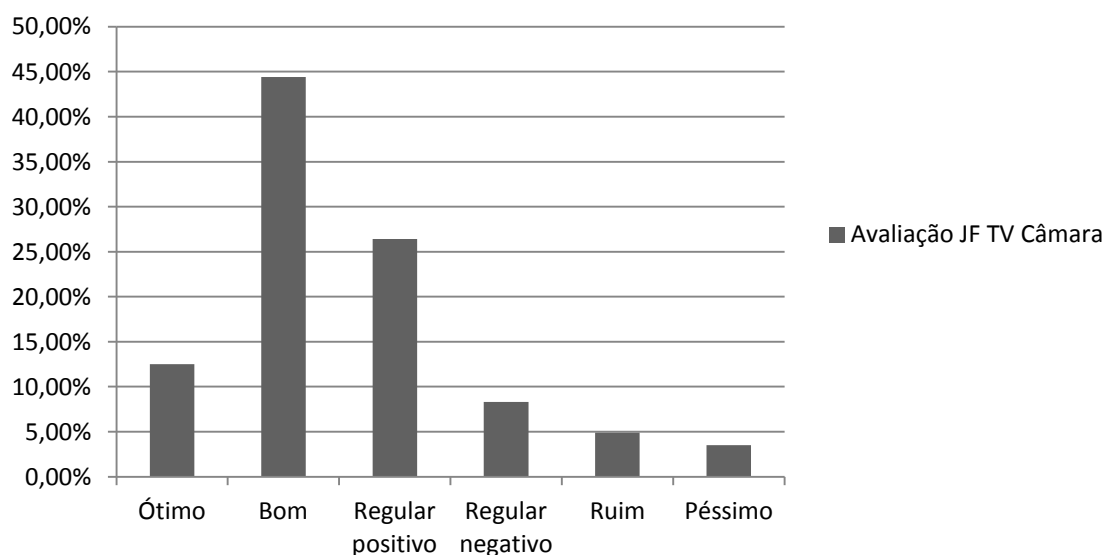
Das 22 matérias exibidas, 59% (13) estão relacionadas com um dos temas apontados pelos entrevistados (Quadro 32). Os números nos fazem refletir que mais da metade dos conteúdos têm ligação com o que a população toma como preocupação. Por conseguinte, podemos afirmar que parte do conteúdo produzido pela emissora apresenta sim um caráter de interesse público.

Quadro 32: Conteúdos enumerados nos vídeos referentes aos temas	
Temas	Número de vídeos
Saúde	1
Segurança	0
Educação	7
Mobilidade Urbana	2
Infraestrutura obras	3

Fonte: Do autor.

Por outro lado, a pesquisa retrata ainda que menos da metade dos entrevistados assistem a JF TV Câmara, o que representa que 48,5%, ou seja, que apenas 582 pessoas são telespectadores. Deste total, em média, 484 pessoas avaliaram a programação da emissora entre ótimo, bom e regular positivo, contra 97 avaliações entre regular negativo, ruim e péssimo (Gráfico 2).

Gráfico 2: Avaliação dos telespectadores da JF TV Câmara



Fonte: Adaptado de GMR Inteligência & Pesquisa.

A tabela reforça uma possível credibilidade por parte do conteúdo transmitido pela emissora. Da mesma forma, demonstra que o interesse do público se faz contemplado por

parte dos entrevistados pela pesquisa de avaliação da emissora, uma vez que os temas pelos quais eles retratam ser relevantes estão sendo contemplado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A JF TV Câmara está hoje no ar 24 horas por dia, nos sete dias da semana. Um pontapé inicial para o que podemos chamar de transparência do legislativo juiz-forano. Por mais recente que seja se comparada com as já atuantes no país, tem destaque em sua formação como uma televisão legislativa modelo.

Assim como muitas outras televisões inseridas no que podemos ditar como campo público, a emissora de Juiz de Fora enfrenta a responsabilidade de formular uma programação comprometida com a cidadania. Afinal, a divulgação de informações legislativas é considerada um dos principais elementos para aperfeiçoar a relação entre os parlamentares e seus eleitores.

Ainda que passe a imagem de ser uma emissora voltada para o legislativo, ela vem procurando se distanciar do seu perfil institucional ao tentar diversificar a programação e investir em conteúdos jornalísticos. É inevitável, contudo, notar a sua presença no âmbito estatal, principalmente quando a relacionamos com alguns pré-requisitos que estruturam uma televisão pública, como a natureza jurídica, financiamento e gestão.

No atual momento, a JF TV Câmara não conta com uma autonomia orçamentária, uma vez que os recursos são oriundos da própria casa legislativa. Em termos de gerenciamento, ela ainda não provém de servidores concursados, um fator propício para a promoção de uma independência. Os profissionais atuais foram nomeados pela Mesa Diretora, fato que pode gerar uma interferência na produção, em virtude de uma maior presença da imagem dos parlamentares.

Entretanto, é por meio da programação que a emissora busca uma aproximação direta com o espaço público. Além da transmissão das sessões plenárias e das reuniões dos diversos tipos de comissões existentes na Câmara, a TV também produz matérias com a participação de parlamentares, especialistas nos assuntos discutidos e o público envolvido. É importante ressaltar que a emissora procura dar voz às várias forças políticas existentes na casa, mostrando a pluralidade de pensamentos e ideias que são debatidos no Parlamento.

Um ponto a ser destacado é que a JF TV Câmara tem toda a sua programação disponível para ser assistida e baixada em seu sítio na Internet, incluindo as sessões plenárias. Desta forma, busca-se uma maior aproximação com o público, seja por meio de reprises ou de transmissões ao vivo.

De certa forma é possível que haja uma tentativa de se auto legitimar como sendo um veículo público, talvez não por agora, mas em um futuro breve. Nisso vemos que há um

avanço considerável, visto que desde a sua origem as televisões legislativas foram criadas apenas no intuito de ser um objeto prestador de contas e transparência do Parlamento.

Apesar desse cenário otimista, é necessário analisar mais detalhadamente se a política editorial das emissoras, e da JF TV Câmara em particular, é de fato orientada pelos conceitos de comunicação pública, como a própria emissora argumenta. Ainda por se tratar de uma televisão nova e por não ter uma grade de programação fixa, há uma nítida dificuldade em analisar de forma mais profunda no que tange as produções diárias, semanais ou mensais.

Em suma, a comunicação legislativa ainda tem muito a alcançar e desenvolver. O Legislativo precisa continuar na busca da participação ativa da população, onde os interesses dos cidadãos prevaleçam sobre os interesses pessoais e partidários dos políticos. É necessário que esse modelo de televisão e seus atores reflitam sobre a atual condição, além de dar sequência no desafio de programar uma linguagem acessível.

Tal discussão se faz necessária visto que o cidadão precisa entender sua contribuição para o fomento da televisão legislativa, uma vez que o voto é um fator contribuinte para a construção de uma maior transparência e aprendizado por parte dos eleitores. É preciso que essa parcela da população cobre e fiscalize, pois a democracia vai além do ato de votar. Além disso, a própria legislação precisa ser mais clara quando se é discutido os modelos de televisão no país, para que junto possam desenvolver veículos mais bem definidos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim da. **De Vargas aos militares: Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ARAÚJO, Valéria Maria Vilas Boas. **TV Pública no Brasil: história, regulamentação e a criação da TV Brasil**. In: Colóquio Internacional Televisão e Realidade, Salvador, 2008.

Disponível:

<<http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Valeria%20Vilas%20Boas.pdf>>.

Acesso em: 23 set 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/home/index.html>>. Acesso em: 19 set 2018.

AVALIAÇÃO DE IMAGEM DA TV CÂMARA JUIZ DE FORA. GMR Inteligência e Pesquisa. 23 de abril de 2018

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARROS, Antônio Teixeira de *et al.* **Histórias dos canais de comunicação do Legislativo**.

In: Congresso Nacional de História da Mídia, 5, São Paulo, 2007. Faculdade Cásper Líbero, FACASPER-SP e Centro de Integração Empresa Escola, CIEE. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Historia%20dos%20canais%20de%20comunicacao%20do%20Legislativo.pdf>>. Acesso

em: 12 out 2018.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Código Brasileiro de Telecomunicações: uma história de negociação política**. In: Encontro Nacional de História da Mídia. 7, Fortaleza, 2009. Unifor.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Codigo%20Brasileiro%20de%20Telecomunicacoes.pdf>>. Acesso em: 11 out

2018.

BUCCI, Eugênio. A TV pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento. In: **Caderno de Debates**. Vol. 1. Diagnóstico do campo público de televisão. I Fórum Nacional de TV's Pública.

Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/a-tv-publica-nao-faz-nao-deveria-dizer-que-faz-e-pensando-bem-deveria-declarar-abertamente-que-nao-faz-entretenimento-eugenio-bucci-presiden-84343/10883/maximized>.

Acesso em: 27 set 2018.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Revista Novos estudos.

CEBRAP. n 88. São Paulo: 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001>.

Acesso em: 20 set 2018.

CALABRE, Lia. **A Era do Rádio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 19 set 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Televisão**. Rede Legislativa de Rádio e TV. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/tv>>. Acesso em: 16 set 2018.

CARRATO, Ângela. **A TV pública e seus inimigos**. In: ENLEPICC Encontro Latino Americano de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 5, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/AngelaCarrato.pdf>>. Acesso em: 14 out 2018.

COUTINHO, Iluska. Sobre o (Tele)Jornalismo Público: conceitos e métodos de análise. In: COUTINHO, Iluska (org). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Editora Insular, 2013. 320 p.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. **Uma história da TV Pública brasileira**. 2013. 286 p. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15462/1/2013_AngelaMariaCarratoDiniz.pdf>. Acesso em: 13 out 2018.

FILHO, José Tarcísio da Silva Oliveira; COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **A TV Pública no Brasil: a evolução histórica do formato e o papel da TV Brasil na promoção do jornalismo cidadão**. In: Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, 3, Rio de Janeiro, 2014. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <[file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Gtaudiovisual_Tarcisio-Iluskacoutinho%20\(16\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Gtaudiovisual_Tarcisio-Iluskacoutinho%20(16).pdf)>. Acesso em: 14 out 2018.

FILHO, Laurindo Leal. TV Pública. In: BUCCI, Eugênio (org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FORT, Mônica Cristine. **Televisão Educativa: A responsabilidade pública e as preferências do espectador**. São Paulo: Annablume, 2006.

FREDERICO, Renata Leite Raposo. **A censura aos meios de comunicação no período ditatorial do Brasil e a história do jornalismo especializado em gastronomia**. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 5, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20censura%20aos%20meios%20de%20comunicacao%20no%20periodo%20ditatorial%20do%20Brasil%20e%20a%20historia%20do.pdf>>. Acesso em: 12 out 2018.

GANDRA, Alana. **Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não tem TV no Brasil**. Agência Brasil. Fev 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>>. Acesso em: 20 set 2018.

GARCIA, Santiago Naliato. **A nossa telinha: a TV brasileira e seu desenvolvimento, do preto e branco ao digital, a partir de políticas públicas e comerciais.** In: Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação (Celacom), 19, Bauru, 2011. Disponível em: <<https://celacom.fclar.unesp.br/pdfs/80.pdf>>. Acesso em: 27 set 2018.

GOMES, Taiga Corrêa. **A localidade no telejornalismo: um espaço de interação e pertencimento.** In: Intercom Sudeste 2006 – Simpósio de Ciências da Comunicação na região Sudeste, 11, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/132820610185117675235604637827115535014.pdf>>. Acesso em: 30 set 2018.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX.** Salvador: EDUFBA, 2002. 206 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/149/4/A%20TV%20no%20Brasil%20do%20seculo%20XX.pdf>>. Acesso em: 29 set 2018.

JF TV CÂMARA. **Alunos do Centro de Educação Interativa participam do Conheça a Câmara.** 18 set 2018. (1m47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p_fNwU3ecPQ>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Alunos da Faculdade de Direito Doctum visitam a Câmara.** 17 set 2018. (1m54s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IV9Sg461V40&t=3s>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Audiência discute regularização de loteamentos irregulares em Juiz de Fora.** 18 set 2018. (4m11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=98b84qg5Z7Q>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Constituição Federal Brasileira completa 30 anos.** 19 set 2018. (4m44s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0wW5r76kO6A>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Parlamento Jovem viaja para etapa estadual em Belo Horizonte.** 19 set 2018. (3m11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8xIkacipu4>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Trânsito em JF é debatido em Audiência na Câmara.** 19 set 2018. (3m52s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5IVaAuql3AI>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Alunos da Escola Municipal Rocha Pombo visitam a Câmara Municipal.** 20 set 2019. (1m36s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=llmeT-o5oo0>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **OAB discute políticas públicas e inclusão social no Brasil.** 20 set 2018. (2m53s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s9oELLU0qDA>>. Acesso em: 10 de out 2018.

JF TV CÂMARA. **Alunos de duas Escola Municipais participam do Projeto Conheça a Câmara.** 24 set 2018. (48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Nn-s9OGorNw>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Audiência discute prevenção para período chuvoso em Juiz de Fora.** 24 set 2018. (2m56s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bA50cnfTSpw>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Audiência discute problemas de água no bairro São Pedro.** 25 set 2018. (3m31s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYI9Lw_23wQ>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Blitz educativa encerra atividades da Semana Nacional do Trânsito.** 25 set 2018. (2m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rOiR5RcPdIw>>. Acesso em 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Câmara de Juiz de Fora recebe coral internacional.** 25 set 2018. (6m03s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmXmA-ACRAE>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Câmara Mirim realiza encontro no Colégio dos Jesuítas.** 26 set 2018. (1m54s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jhLilXNpY7I>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Alunos da Escola Estadual Estevão de Oliveira visitam a Câmara.** 28 set 2018. (2m09s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QCdUg4H9nw4>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Câmara lembra prevenção de doenças no coração.** 28 set 2018. (3m14s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w85ZnVVvXw8>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Câmara realiza 2ª Semana de Proteção Animal de Juiz de Fora.** 28 set 2018. (2m50s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WiJq8jAN4bA>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **LDO é tema de Audiência Pública na Câmara.** 28 set 2018. (2m16s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GRWIItnqsC8>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Evento abre a Semana da Pessoa Idosa em JF.** 1 out 2018. (2m41s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UWhTXFZap6c>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Alunos fazem exposição para 2ª Semana de Proteção Animal de JF.** 2 out 2018. (1m35). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uf5Y2euH6_Y>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Comissão verifica novas instalações de hidrômetros individuais.** 2 out 2018. (3m08s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eFw4NRKV6qw>>. Acesso em: 10 out 2018.

JF TV CÂMARA. **Palestra conscientiza sobre maus tratos e abandono de animais.** 2 out 2018. (2m57s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hcjyv_zCSvY>. Acesso em: 10 out 2018.

JUIZ DE FORA. **Cria a TV Câmara e dá outras providências.** Resolução nº 1163/2002, de 30 de agosto de 2002. Projeto de autoria da Mesa Diretora. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000028125>. Acesso em: 30 set 2018.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil.** In: Encontro Nacional de História da Mídia. 7, Fortaleza, 2009. Unifor. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Um%20olhar%20historico%20na%20formacao%20e%20sedimentacao%20da%20TV%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 out 2018.

LIMA, Jorge da Cunha. **TV estatal não é TV pública.** Observatório da Imprensa. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/tv-estatal-nao-e-tv-publica/>>. Acesso em: 13 set 2018.

LINS, Flávio. Uma aventura chamada *Tupi*: os primeiros anos da tv brasileira. **Rumores:** Revista online de comunicação, linguagem e mídias, Universidade de São Paulo. v. 7. p. 120-137. jan-jun 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/58935-Texto%20do%20artigo-75709-1-10-20130718.pdf>>. Acesso em 12 out 2018.

LOPES, Ivonete da Silva. **40 anos de televisão educativa no Brasil:** a expansão do Sistema Educativo contribui para a democratização da comunicação? In: Encontro Nacional de História da Mídia, 6, Niterói, 2008. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/40%20anos%20de%20Televisao%20Educativa%20no%20Brasil%20a%20expansao%20do%20Sistema.pdf>>. Acesso em 29 set 2018.

LOPES, Ivonete da Silva. Televisão pública e modelos de financiamento: análise do caso brasileiro. **Revista Eptic:** Universidade Federal de Sergipe, v. 17, p.33-48, jan-abr 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/3342/pdf>>. Acesso em 23 out 2018.

MAGALHÃES, Patrícia Rocha. **Os programas de auditório na TV industrial:** História e memória. In: Congresso Nacional de História da Mídia, 6, Niterói, 2008. Universidade Federal de Niterói. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kqkDbdbt_VUJ:www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Os%2520programas%2520de%2520auditorio%2520na%2520TV%2520industrial.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 out 2018.

MATOS, Juliana de Sousa. **Público X Privado: as responsabilidades da televisão em usufruir uma concessão pública.** Biblioteca on-line de ciência da comunicação, 2009.

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-matos-o-ceu.pdf>>. Acesso em: 10 out 2018.

MATTOS, Sérgio. **Um Perfil da TV Brasileira: 40 anos de história.** 1 ed. Salvador: A TARDE S/A, 1990. Disponível em:

<<http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/02.%20Um%20perfil%20da%20TV%20brasileira.%2040%20anos%20de%20hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 12 out 2018.

NAZARENO, Claudio. **A implantação da TV pública no Brasil.** Consultoria Legislativa. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. 2007. Disponível em:

<[file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/implantacao_tv_nazareno%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/implantacao_tv_nazareno%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 out 2018.

OBSERVATÓRIO DE RADIOFUSÃO PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA. **Histórico do sistema.** Disponível em: <<http://www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/historico-do-sistema-sp-1004365967>>. Acesso em 01 out 2018.

OLIVEIRA, Marcelo Pires de. **A Reconstrução da Memória de uma emissora pioneira, A Televisão Excelsior, com o apoio da Metodologia da História Oral.** Uma Contribuição aos 50 anos da Televisão no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 23, Manaus, 2000. INTERCOM 2000. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/278c8e5a96c37c67631e420599405a0f.pdf>>. Acesso em: 14 set 2018.

OLIVEIRA, Wellington Amarante. Um breve histórico do ensino na TV brasileira durante o regime militar (1964-1979). **História Social: Unicamp**, v. 20, p. 111- 139, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/263-1778-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 set 2018.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e determinação dos conteúdos.** 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello; SANTOS, Elias. **Programas de auditório no rádio: um percurso histórico do dispositivo à vivência contemporânea de escuta.** In: Encontro Nacional de História da Mídia, 9, Ouro Preto, 2013. Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/programas-de-auditorio-no-radio-um-percurso-historico-do-dispositivo-a-vivencia-contemporanea-de-escuta>>. Acesso em: 22 set 2018.

PIERANTI, Octávio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão. **Revista De Administração Pública**, Fundação Getúlio Vargas, p. 303-325, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n2/05.pdf>>. Acesso em: 11 out 2018.

PREVEDELLO, Carine. **Televisão universitária público-estatal no Brasil: origem e o context da convergência digital.** In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10, Porto Alegre, 2015. Universidade Federal do Rio Grande Sul. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/GTMIDAV_PREVEDELLO-%20Carine%20(4).pdf>. Acesso em 30 set 2018.

PRIOLLI, Gabriel. **Delimitação conceitual das TVs estatal, pública e privada.** Observatório do direito à comunicação, 2008. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=20350>>. Acesso em: 11 set 2018.

REIS, Lys Apolinário; SILVA, Edna de Mello. **Televisão e história: uma proposta de linha do tempo da trajetória da mídia televisiva no Estado do Tocantins.** In: Encontro Nacional de História da Mídia, 11, São Paulo, 2017. Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP. 1-13 p. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Lys_apolinario%20(3).pdf>. Acesso em 10 out 2018.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e Política nos Canais de Televisão do Poder Legislativo no Brasil.** 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. **Breve história da TV Legislativa no Brasil: raízes e origens.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, Brasília, 2006. Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/93854199019473985065474965067090991218.pdf>>. Acesso em: 11 out 2018.

SALLES, Renato. **JF TV Câmara inicia transmissão oficial em sinal aberto.** Tribuna de Minas. 2017. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/04-05-2017/jf-tv-camara-inicia-transmissao-oficial-em-sinal-aberto.html>>. Acesso em: 10 set 2018.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. **As TVs Legislativas Brasileiras: trajetória e funcionamento.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, Curitiba, 2009. Universidade Positivo. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2727-1.pdf>>. Acesso em: 11 out 2018.

SCORSIM, Ericson Meister. **Televisão estatal e televisão pública.** Observatório da Imprensa. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/televisao-estatal-e-televisao-publica/>>. Acesso em: 18 out 2018.

SCORSIM, Ericson Meister. **Delimitação conceitual das TVs estatal, pública e privada.** Observatório da Imprensa. 2008. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/delimitacao-conceitual-das-tvs-estatal-publica-e-privada/>>. Acesso em: 11 set 2018.

SOUZA, Danielle Azevedo. **Os Canais Comunitários na Lógica de Mercado na TV a Cabo no Brasil.** Revista Brasileira de Políticas de Comunicação, Universidade de Brasília, n 3, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/43-157-2-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 22 out 2018.

TORRES, Rodrigo Murтинho de Martine. Televisão pública no Brasil: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. **Contemporânea**: Revista de Comunicação e Cultura, Universidade Federal da Bahia, n 12, 2009.

Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/1263/1/televis%C3%A3o_publica_brasil.pdf>.

Acesso em 12 out 2018.

TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. **As telecomunicações no Brasil**: do segundo império até o regime militar. Sinergia (CEFETSP), São Paulo, v. 1, p. 33-37. Disponível em:

<https://www.aminharadio.com/radio/files/comunicar_brasil.pdf>. Acesso em: 13 out 2018.

VER TV. **A influência da mídia no período da ditadura**. 2014. Disponível em:

<<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/a-influencia-da-midia-no-periodo-da-ditadura>>.

Acesso em: 24 set 2018.

WAINBERG. Jacques Alkalai. **Império de Palavras**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

